

## CONTRA A «CARTA ABERTA»

# Jornalistas defendem unidade sindical

Em duas assembleias gerais extraordinárias realizadas ontem, uma em Lisboa e outra no Porto, os jornalistas decidiram que o respectivo Sindicato participará no Congresso de Todos os Sindicatos — «para aí defender a unidade sindical» — e condenaram, mais uma vez, a presença da direcção em reuniões da chamada «Carta Aberta».

Na moção aprovada em Lisboa por 69 votos a favor, 4 contra e 1 abstenção, os jornalistas desvinculam o seu Sindicato «de qualquer iniciativa do grupo divisionista» da «Carta Aberta», vinculando-o em contrapartida e à direcção em exercício na altura, às conclusões saídas do Congresso.

A direcção deverá submeter-se às decisões da maioria, «democraticamente expressas» e «distribuir à classe, e fazer discutir todos os documentos preparatórios do Congresso, nomeadamente os distribuídos pela CNOC».

Nos considerandos da moção aprovada em Lisboa, afirma-se que «o grupo de sindicatos englobados sob a signa cisionista de «Carta Aberta» é cada vez mais reduzido e encontra-se cada vez mais isolado e desmascarado na sua função divisionista e sectária». Sobre o Congresso de Todos os Sindicatos, afirma-se na moção, que é «um passo importante na reestruturação organizativa

e democrática do movimento sindical unitário e no reforço orgânico dessa mesma unidade».

Ainda durante a assembleia efectuada em Lisboa, a direcção foi vivamente criticada por muitos dos jornalistas presentes pelo facto de não remeter à Intersindical e à União dos Sindicatos do Sul as respectivas quotizações, conforme fora decidido em anterior assembleia geral, e embora os orçamentos do Sindicato para 1976 e 1977 incluam aquelas verbas.

A assembleia do Sindicato dos Jornalistas — um dos Sindicatos fundadores da Intersindical em 1970 — efectuada no Porto, saldou-se pela aprovação de uma moção, por 19 votos a favor e 1 contra, que determina a presença do Sindicato no Congresso. Numa outra moção aprovada, somente com 3 votos contra, a direcção do sindicato foi condenada pela sua participação em reuniões da chamada «Carta Aberta».

# As nacionalizações e a intervenção do Estado nas empresas

por Joaquim Guerreiro

A lista completa das intervenções do Estado nas empresas, depois de 25 de Abril de 1974 até aos dias de hoje, está ainda por fazer. Existe, porém, uma compilação de elementos do Ministério do Trabalho, sobre as «Intervenções do Estado em Empresas, 25 Abr. 74/Dez. 75» (1) referindo todos os sectores de actividade com exclusão da Agricultura.

Nelas são referidas apenas as empresas em que houve intervenção estatal sob qualquer forma, não se incluindo aquelas empresas — e são muitas — em cujo capital social o Estado passou a ter participação (total ou parcial) decorrente das nacionalizações de empresas-mães.

A importância do referido período é a de ser o mais politicamente conturbado da vida nacional, onde se fazem e desfazem cinco governos provisórios além das datas de viragem como o 28 de Setembro de 1974, o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975.

AS INTERVENÇÕES ATÉ AO 28 DE SETEMBRO (I E II GOV. PROV.)

Durante a vigência dos I e II Governos Provisórios, o Estado limitou-se a algumas tímidas e esporádicas intervenções nas empresas. A 7/6/74, o Governo intervém nos CTT (35 000 trabalhadores) e nos TLP (7450), nomeando um Conselho de Gerência para cada uma das empresas. Quanto aos CTT, o Estado voltou ainda a intervir em 14/8/74 — prestando auxílio financeiro à empresa, e sob o II Governo Provisório, em 14/11/74, autorizando-a a contrair créditos externos.

O Governo de Palma Carlos viu-se ainda forçado a intervenção na Companhia das Águas de Lisboa em 28/6/74. Mas só por decreto-lei de 30/10/74 (II Gov. Prov.) se constituiu a EPAL —

Empresa Pública das Águas de Lisboa, empresa com mais de 1300 trabalhadores.

Por decreto-lei publicado no «Diário do Governo» de 13/9/74, o II Governo Provisório nacionaliza os três bancos emissores — Banco de Portugal, Banco de Angola e Banco Nacional Ultramarino, este último, com um milhão de contos de capital social, e cabeça de um poderoso grupo económico.

DE 28 SET. A 11 DE MARÇO (III GOVERNO PROVISÓRIO)

A 12 de Outubro de 1974, Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, dá uma importante entrevista ao semanário «Expresso». Sobre as nacionalizações afirma: «O Partido Socialista faz hoje parte de um governo de coligação que tem como plataforma o programa do Movimento das Forças Armadas. Esse prevê como únicas nacionalizações as dos três bancos emissores, que já foram de resto nacionalizados. Se houve uma alteração no Programa do MFA, a fim de alargar a política de nacionalizações para sectores específicos, evidentemente que não seria o Partido Socialista quem se oporia a essa política, porque o alargamento da intervenção estatal para resolver problemas económicos fundamentais, embora com respeito pelo sector privado, parece importante para obviar à situação económica difícil que o País atravessa». (Sublinhados nossos).

No mesmo dia, o Estado intervém no Banco Intercontinental Português — BIP, cabeça do grupo económico do mesmo nome, passando a superintender a este banco.

A 10/12/74, o Estado intervém na Torralta (Lisboa, 2507 trabalhadores) nomeando uma Comissão Administrativa e suspendendo os antigos administradores; intervém ainda em vá-

rias empresas menores do grupo Torralta.

A 20/12/74 registam-se as intervenções na Propam (indústria alimentar, Setúbal, 115 trabalhadores) nomeando uma Comissão Administrativa; na Metalúrgica Duarte Ferreira (Tramagal, 2629 trabalhadores) nomeando também uma CA e concedendo auxílio financeiro; e na Companhia de Seguros «O Alentejo» (Lisboa, 214 trabalhadores) nomeando uma CA.

A 28/12/75, o Governo intervém na Construtora Grão-Pará (Lisboa, 984 trabalhadores, capitais brasileiros) nomeando uma CA, congelando os bens, decretando o apuramento das responsabilidades civil e criminal dos administradores; intervém ainda em várias empresas menores do grupo Grão-Pará.

DEPOIS DO 11 DE MARÇO (IV GOVERNO PROVISÓRIO)

É após o 11 de Março de 1975 que se verifica o grosso do intervencionismo estatal, a par da quase totalidade das nacionalizações. Registe-se, por exemplo, que o Dec.-Lei n.º 660/74, publicado no «Diário do Governo» de 25/11/74, é apenas invocado meia dúzia de vezes até ao 11 de Março, sendo depois centenas de vezes invocado para as intervenções nas empresas, até Setembro de 1975. Tal Dec.-Lei (660/74) da autoria do III Governo, «fixa as normas sobre a assistência do Estado às empresas privadas individuais ou colectivas, que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do País».

A intervenção do Estado nas empresas foi de vários tipos. Destacam-se:

— as nacionalizações, que o tornaram proprietário de empresas de grande dimensão e/ou consideradas «estratégicas» (sectores básicos da economia);

— suspensão de administrações e/ou órgãos sociais;

— nomeação de administradores por parte do Estado;

— nomeação de Comissões Administrativas;

— apoio financeiro e/ou concessão de avales de empréstimos;

— outras formas, tais como saneamento financeiro e reconversão, congelamento de bens e apuramento da responsabilidade criminal dos antigos administradores, etc...

Vários decretos-lei regulamentavam os vários tipos de intervenção. Refira-se que muitas empresas foram alvo, cada uma, de diversos tipos citados de intervenção estatal.

Mais de 400 empresas foram intervencionadas (deste número excluem-se empresas agrícolas) com um total de 311 386 trabalhadores, ou seja, 1/4 do total dos trabalhadores por conta de outrem.

Registe-se ainda que: — cerca de metade das empresas intervencionadas têm mais de 100 trabalhadores, empregando 280 631 pessoas no total, ou seja 85% dos 311 386 trabalhadores;

— 226 empresas foram nacionalizadas, com um total de 157 284 trabalhadores;

— o conjunto das empresas intervencionadas com mais de 1000 trabalhadores — as grandes empresas — que era de 55, empregava 201 187 pessoas; deste conjunto, 33 estavam nacionalizadas, somando 119 137 trabalhadores, 1/3 do total da força de trabalho das empresas intervencionadas;

— finalmente, 14% das empresas nacionalizadas — 33 — empregam cerca de 75% do total dos trabalhadores das 226 empresas naquela situação; esses 14% de empresas eram as de mais de 1000 trabalhadores.

Estes números falam por si, resumindo a situação do fluxo de intervenção do Estado durante o

IV Governo, ou seja, após o 11 de Março. Como seria lógico, essa intervenção foi dirigida sobretudo às empresas de grande dimensão e vastas potencialidades em tecnologia e capitais. Quanto a nacionalizações, elas só afectaram o grande capital nacional, como sabemos.

Maria Belmira Martins escrevia em Junho de 1973 que «168 sociedades (com mais de 50 mil contos de capital social), 0,4% das que em 1971 exerciam actividade no Continente e Ilhas Adjacentes, detinham 53% do capital total das sociedades. Destas 168 (e de muitíssimas outras) sociedades, muitas estão ligadas entre si, muitas dependem de um único centro, muitas formam um só grupo» (Sociedades e grupos em Portugal, da Introdução).

É claro que a quase totalidade daquelas 168 empresas, pertence hoje ao sector público da economia.

Para elucidar melhor o «império» do sector público, agrupámos por ordem de publicação no «Diário do Governo», as nacionalizações de 31 empresas de mais de mil trabalhadores, que se seguiram ao 11 de Março. Indicamos entre parêntesis o número de trabalhadores de cada uma e, sempre que possível, o seu capital social (cálculo de 1973), e o grupo económico dominante, até à data da nacionalização.

Segundo o «Diário do Governo» de 14/3/75, são nacionalizados os bancos: Borges e Irmãos (2906 trab., 700 000 contos, grupo do mesmo nome; BI); Espírito Santo e Comercial de Lisboa (4814 trab., 800 000 contos, grupo Espírito Santo — ES); Pinto de Magalhães (1462 trab., 420 000 contos, grupo Pinto de Magalhães — PM); Português do Atlântico (2072 trab., 759 000 contos, grupo Banco Português do Atlântico — BPA); Pinto e Sottomayor (3741 trab., 1 200 000 contos, grupo Champsalpaud — CHAMP); Totta e

Açores 3.023 trab., 900 000 contos — Grupo CUF); FONSECAS e Burnay (2.203 trab., 321 000 contos, grupo FONSECAS e Burnay — FB).

Anteriormente nacionalizado o Banco Nacional Ultramarino, (13/9/74) cabeça do grupo económico que designamos por BNU).

A 15/3/74 é nacionalizada a C.ª de Seguros Tranquilidade (1055 trab., 230 000 contos — ES).

A 16 de Abril são nacionalizadas: a CIDLA (1792 trab., 250 000 contos, ES); a SACOR (3338 trab., 1 100 000 contos, ES e BPA); a Siderurgia Nacional (4681 trab., 850 000 contos, CHAMP); A C.ª Portuguesa de Electricidade (4467 trab., 5 700 000 contos); as C.ªs Reunidas de Gás e Electricidade (2610 trab., 800 000 contos, FB), a C.ª Nacional de Navegação (2914 trab., 575 000 contos, CUF); a C.ª Portuguesa de Transportes Marítimos (3675 trab.); a CP — C.ª dos Caminhos-de-Ferro Portugueses (24.500 trab.); a SOPONATA — Sociedade Portuguesa de Navios-Tanques (1200 trab., 270 000 contos, CUF); e a TAP — Transportes Aéreos Portugueses (9003 trab., 800 000 contos, Estado/CUF e vários).

A 9/5/75 são nacionalizadas: a CELNORTE — Celulose do Norte, SARL (1283 trab., 280 000 contos, BPA); a Companhia Portuguesa de Celulose (1422 trab., 270 000 contos, ES/CHAMP); e a SOCEL — Sociedade Industrial de Celulose (1418 trab., 250 000 contos, BNU e outros).

Em 5 de Junho são nacionalizadas: a CLARAS, Transportes SARL (1734 trab.); e a João Cândido Belo (2150 trab.), entre outras de menor dimensão na camionagem, como a Boa Viagem (BIP), Eduardo Jorge, Em-

(Continua na pág. 9)

# As nacionalizações do Estado e a intervenção nas empresas

(Continuação da pág. 3)

presa de Viação do Algarve (BPA), etc.

A 3 de Julho são nacionalizadas a CARRIS de Lisboa (5840 trab.); a Empresa Geral de Transportes (1400 trab., ligada à CP); e o Metropolitano (1314 trab.).

A 13 de Agosto, então já sob o V Governo Provisório, é nacionalizada a COVINA — C.ª Vidreira Nacional, SARL (1184 trab., 337 500 contos, BPA). A 30 de Agosto é nacionalizada a Sociedade Central de Cervejas 2771 trab., 300 000 contos, BPA/ES). Em 1/9/75 é nacionalizada a SETENAVE — Estaleiros Navais de Setúbal, SARL (3875 trab., 600 000 contos, CUF).

Finalmente, um dec-lei de 25/9/75 do recém-constituído VI Governo Provisório, nacionaliza a CUF, de 7254 trabalhadores e cerca de 2 milhões de contos de capital social, a maior empresa industrial portuguesa e cabeça do maior grupo económico, também.

Até final do ano, regista-se a nacionalização da RTP (1400 trabalhadores), logo após o 25 de Novembro. Podemos ainda referir a nacionalização de algumas empresas que, tendo embora menos de um milhão de trabalhadores, são de igual forma «estratégicas», apresentando elevado capital social.

Por exemplo, no «Diário do Governo» de 14/3/75, além dos bancos já mencionados, forma nacionalizados também: o Banco da Agricultura (875 trab., 330 000 contos); o Banco do Alentejo (361 trab., 240 000 contos — BI); o Banco Intercontinental Português (613 trab., 370 000 contos — BIP) e o Crédito Predial Português (594 trab., 550 000 contos — BIP). A 15 de Março, retiram-se as nacionalizações das C.ªs de Seguros (1422 trab., 550 000 contos, CUF); da C.ª de Seguros Mundial (785 trab., CHAMP) e da C.ª de Seguros Ultramarina (528 trab., BNU).

A 16/4/75, destacamos as nacionalizações da PETROSUL — Sociedade de Refinação de Petróleos (114 trab., 755 000 contos — CUF) e da SONAP — Sociedade Nacional de Petróleos (840 trab., 400 000 contos — CUF).

A 9 de Maio, destacamos as nacionalizações da CELBI — Celulose da Beira Industrial, SARL (634 trab., 346 000 contos — CUF); da CELTEJO — Celulose do Tejo (511 trab., 250 000 contos, BPA); da Celulose do Guadiana (911 trab., 60 000 contos, CUF/BPA); da SECIL — Cimentos de Setúbal (821 trab., 300 000 contos, BNU); da CIBRA — C.ª Portuguesa de Cimentos Brancos (397 trab.) e finalmente da C.ª Cimentos Tejo (320 trab. — CHAMP).

A 13 de Maio é nacionalizada a Tabaqueira, (966 trab., 200 000 contos, CUF) uma das maiores empresas industriais, controlando três quartos do mercado interno do tabaco.

A 21 de Agosto (V Governo Provisório) é nacionalizada a C.ª Nacional de Petroquímica (520 trab., 500 000 contos — CUF). A 22 do mesmo mês, são nacionalizadas a Sociedade Portuguesa de Petroquímica, SARL (509 trab., 450 000 contos); a Amoníaco Português, SARL (883 trab., 360 000 contos); e os Nitratos de Portugal, SARL (550 trab., 200 000 contos). Finalmente, destacamos a nacionalização a 1 de Setembro dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo (693 trab., — CUF).

A lista já vai longa. Citámos, no entanto, 57 das 226 empresas nacionalizadas. E destacámos as 33 empresas nacionalizadas com mais de mil trabalhadores (2). Contrariamente ao que por aí «corre» hoje, verifica-se que a maioria das nacionalizações foram feitas entre o 11 de Março e o 10 de Julho de 1975 — data em que o PS abandonou o IV Governo, seguido depois pelo PPD.

Assim, as nacionalizações do V Governo Provisório foram três entre as

33 empresas maiores que citamos (as da COVINA, da SETENAVE e da Soc. Central de Cervejas) e cinco entre as outras empresas igualmente referidas, de menor dimensão (C.ª Nac. de Petroquímica, Soc. Nac. de Petroquímica, Amoníaco Português, Nitratos de Portugal e Estaleiros Navais de Viana do Castelo). Portanto, oito empresas nacionalizadas no total de 57 «estratégicas» citadas (3), e três entre as 33 maiores empresas citadas. O V Governo confirmou apenas o «balanço» que já vinha de trás.

O CAMINHO DA DEMOCRACIA

Recordemos que a estrutura económica portuguesa tem, de herança remota, enormes e graves distorções que os 50 anos de corporativismo agravaram. Em 1970, um total de 105 307 sociedades no Continente e Ilhas, 92 606 tinham 10 e menos trabalhadores, representando 88% das sociedades; e as 1399 com mais de uma centena de trabalhadores, representavam 1,3% do total (4). Em 1964, Portugal não teria ainda 50 sociedades com mais de mil trabalhadores. Em 1975, 33 destas sociedades estavam nacionalizadas e 22 intervencionadas, num total de 55.

Quer isto dizer que o Estado substituiu todos os grandes grupos económicos que existiam a 25 de Abril de 1974, e, pelas nacionalizações, tornou-se o maior grupo económico e financeiro do país, herdando todas as distorções existentes.

Embora o Primeiro-Ministro tenha afirmado à Assembleia da República que a particularidade inovadora do nosso regime era a da mútua coexistência e concorrência entre o sector público e o sector privado, não referiu que esse sector privado em condições de concorrer é o das multinacionais estrangeiras, como a prática o tem demonstrado. Quer isto dizer que é o próprio Governo que deve preocupar-se com a estimulação do

sector privado nacional, abrindo perspectivas e apoiando iniciativas. Aliás, as situações de monopolismo estatal sempre foram «más conselheiras» da construção de regimes democráticos.

E se é verdade que «todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras» — como se diz no parágrafo 1.º do artigo 83.º da Constituição, faltará acrescentar que:

— por enquanto, mais do que conquistadas, elas têm representado elevados encargos para o conjunto dos trabalhadores, para todos os portugueses;

— em muitos casos, mais do que conquista, as nacionalizações foram recursos para impedir o fecho de portas e o aumento do desemprego.

Finalmente, é preciso dizer que sem aumento substancial da produtividade, sem uma firme e consciente disciplina de trabalho, sem o esforço que justifique salários tantas vezes incompatíveis com a situação real das empresas (e suportadas pelo erário público) — as nacionalizações transformam-se a prazo possivelmente curto, numa «conquista» de forças interessadas em acabar com a Democracia em Portugal.

Joaquim Guerreiro

(1) — Trata-se de uma edição do Serviço de Informação Científica e Técnica do MT, realizada pelo Grupo de Sociologia do mesmo ministério em Agosto de 1976.

(2) — Incluímos neste número o Banco de Portugal (2116 trab.) e o Banco Nacional Ultramarino (4619 trab., 1 000 000 contos — BNU), nacionalizados a 13/9/74.

(3) — Incluímos neste número o Banco de Angola (905 trab.), nacionalizado a 13/9/74.

(4) — A OCDE considera que as empresas de menos de 100 operários, fazem parte da pequena indústria.

deixam «Carta Aberta» Ribeiro 13/11/78

Os trabalhadores da Imprensa, reunidos em assembleia geral do seu sindicato, resolveram, maioritariamente, fazer-se representar no Congresso de todos os Sindicatos, convocado para Janeiro próximo.

Os membros da direcção do seu organismo de classe e ainda por um delegado eleito expressamente para o efeito.

Segundo os termos de uma proposta aprovada, tanto em Lisboa como no Porto, a direcção deve desvincular-se imediatamente do grupo da chamada «carta aberta», ou seja, não deverá participar mais em reuniões paralelas e divisionistas.

Os trabalhadores na Imprensa ficarão representados no Congresso de todos os Sindicatos por dois

JULGAMENTO DOS SINDICALISTAS

D. Ribeiro  
13/11/78

RODOVIÁRIOS DO PORTO

PORTO — Prosseguiu hoje o julgamento dos dois dirigentes do Sindicato dos Rodoviários do Norte, Gualdino Oliveira Reis e Domingos Ribeiro de Carvalho, e de Bernardino da Silva Nunes, motorista, acusados do furto do uso de um táxi, da firma «Táxis Cometas». O táxi foi posto, cerca de 20 dias, em autogestão, considerada pelos sindicalistas o meio mais eficaz para assegurar um posto de trabalho e obstar à vaga de despedimentos que então se verificava, tendo sido aberta, em nome do proprietário do veículo, uma conta-corrente no Sindicato.

A sala de audiências estava completamente repleta e dificilmente se encontrava um vazio nos corredores do tribunal.

Ouvido, em primeiro lugar, o arguido Gualdino Reis, presidente do Sindicato, este começou por recordar problemas laborais antecedentes e prepotências do dono do táxi, afirmando, mais adiante, que, em Lisboa, onde «nós, dirigentes, e alguns dos motoristas desempregados, entre estes o Bernardino, fomos, para nós o problema do Estado dos Transportes, o dr. Zulte, ele disse-nos, se nós precisávamos que ele nos ensinasse como devíamos fazer». «Quando voltaram — acrescentou — reuniu a direcção do Sindicato e resolveu proceder como procedeu.» A perguntas do delegado do M. P., o arguido acrescentou que «se não tivessem tido aquela conversa em Lisboa, com o subsecretário, não teriam tomado a atitude que tomaram».

O arguido Domingos de Carvalho, membro da assembleia geral do Sindicato, alegou que «estávamos num momento revolucionário» e que «tínhamos mais de uma centena de desempregados e assim arranhamos dois postos de trabalho». «Era meu dever defender os trabalhadores» «estou aqui para tudo, nem que seja para morrer».

«Com lei ou sem ela, eu fazia-o sempre, na defesa dos trabalhadores.» Depois: «Desculpem, estou emocionado.»

O motorista Bernardino Nunes contou, em seguida, que «foi despedido, se assim se lhe pode chamar», que tinha oito filhos menores, e se limitou a relatar o seu caso ao Sindicato.

O proprietário da firma queixosa, sr. Melo referiu que depois de participado o caso à Polícia recebeu do Sindicato uma acta de autogestão, afirmando que pagara tudo quanto tinha a fazer ao empregado despedido, disse que os prejuízos da firma ascendiam a 56 000 escudos; um apuro diário médio de 1100 escudos; 11 600 escudos de uma reparação; uma multa à Câmara; etc. Negou que, na altura, tivesse «carros encostados».

Seguiram-se depoimentos de testemunhas de acusação. O motorista, sr. Adriano Veloso, que conduzia o táxi na noite em que os do Sindicato se apoderaram dele», afirmaria que fora chamado para um serviço e quando chegou ao local se viu rodeado por muitos motoristas pedindo ajuda para o Sindicato. «Obedeci porque eram muitos, davam-me uma carga de porrada. Tive medo porque eles eram por aí uns vinte». Outras testemunhas pouco mais disseram de novo.

Depois, coube a vez às testemunhas de defesa, a primeira das quais, o advogado do Sindicato, dr. Antero de Andrade, emitiu a opinião de que a atitude dos réus era legítima, como acto de pura autogestão. Outro advogado, também do Sindicato, dr. Alberto Sousa Basto, defendeu a mesma tese, após o que um empregado do organismo sindical exibiu as contas feitas no período em que o táxi circulou às ordens do Sindicato, com um saldo para o seu proprietário de 282 escudos e 80 centavos.

A audiência de hoje começou às 9 e 30, com o depoimento das testemunhas.

PUB.

Ribeiro 13/11/78

UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO «INTERSINDICAL»

R. Visconde da Corticeira, 82, 4.º — Tel. 2 58 46 — COVILHÃ

MOÇÃO

Trabalhadores reunidos em Comício no dia 4 do corrente no Tortosendo deliberam o seguinte:

- 1) Protestar energicamente contra o despedimento de mais dois dirigentes sindicais, António Cunha Rosas, membro do Secretariado da Intersindical Nacional e Manuel Correia Lopes, presidente da direcção do Sindicato dos Têxteis e secretário da Federação do sector, despedimento este que lhe foi provocatoriamente imposto pelo reacção e responsabilizar o Governo, principalmente o Ministério do Trabalho pela reacção praticada pelo patronato.
- 2) Solidarizam-se estes trabalhadores aqui reunidos com os referidos dirigentes e com a luta desencadeada pelos colegas da Empresa Manuel Lopes Henriques & Filhos, Lda., com o fim de conseguirem imediata reintegração daqueles nossos camaradas dirigentes.

Estamos certos de que a vitória não nos fugirá.

NÃO AOS DESPEDIMENTOS!  
UNIDOS SOMOS INVENCÍVEIS!

PUB.

UNIÃO DOS SINDICATOS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO «INTERSINDICAL»

R. Visconde da Corticeira, 82, 4.º — Telef. 2 58 46 — COVILHÃ

MOÇÃO

- 1.º — Considerando que o despedimento dos camaradas **CORREIA LOPES e ROSAS** da Federação dos Têxteis, Lanifícios e Vestuários de Portugal, visa a desmobilização da classe para o objectivo de conquistarem um Contrato Único e Vertical;
- 2.º — Considerando que esta é mais uma manobra do patronato reacção;
- 3.º — Considerando que o Governo dá cobertura e guarida a estas manobras.

A) Face a estas manobras os trabalhadores do Tortosendo reunidos em Assembleia convocada pela União dos Sindicatos do Distrito de Castelo Branco, em 4/11/76, exigem:

- B) Imediata reintegração dos camaradas despedidos.
- C) Responsabilizar o Governo por todas as consequências que venham a existir nas formas de luta a adoptar para a rápida reintegração destes camaradas.
- D) Intensificar a luta para a conquista de um Contrato Único e Vertical para o sector dos Têxteis, Lanifícios e Vestuários de Portugal.

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

(APROVADA POR UNANIMIDADE, POR ACLAMAÇÃO)

# COMISSÃO DINAMIZADORA DISTRITAL DO PORTO

Para o

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

19 Jan  
14/11/76

Para a

REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL

Pela

UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES

Onde vai ser discutido

## 1 — O PROGRAMA DE ACÇÃO

do Movimento Sindical para

- a contratação colectiva
- a política salarial
- a segurança social e a saúde
- as cooperativas e empresas em autogestão
- os despedimentos e o desemprego
- a liberdade da acção sindical

## 2 — A LEI SINDICAL

para a defesa das liberdades e direitos sindicais conquistados

## 3 — OS ESTATUTOS DA CONFEDERAÇÃO

que decidirão sobre a estrutura, os princípios e o funcionamento da Confederação

## 4 — A ELEIÇÃO DO NOVO SECRETARIADO NACIONAL

- Discute com os teus camaradas de trabalho na empresa e no sindicato!
- Contacta o teu Sindicato!
- Dinamiza na tua empresa a realização de plenários sobre o Congresso!
- Pede no teu Sindicato os projectos dos documentos a aprovar no Congresso!

## CALENDÁRIO DE TRABALHO DA PREPARAÇÃO DO CONGRESSO

de 12/11 a 27/12: discussão dos projectos de alteração e das teses;

até 12/12: inscrições;

de 12/1 a 19/1: reclamação das propostas-síntese da CNOC.

Porto, 9 de Novembro de 1976

A COMISSÃO DINAMIZADORA DISTRITAL

PUB SINDICATO DOS TRABALHADORES  
DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

REFERENDUM DIA 18-11-76

COMUNICADO

Os trabalhadores de escritório encontram-se a escassos dias de se poderem, uma vez mais, pronunciar livre e democraticamente acerca do presente momento que atravessa o movimento sindical português, que consideramos um dos mais críticos de sempre.

Em questão, o Congresso Sindical e a continuação ou não de nossa filiação na Inter. Quanto à primeira, os associados são chamados a pronunciar-se pelo Congresso, em adiantada fase de preparação, que a Direcção do Sindicato sempre denunciou como manobrado a bel-prazer pela linha de orientação político-sindical, do actual secretariado da Intersindical. Não acreditamos que a unidade dos trabalhadores possa ser construída, sob pressão de linhas minoritárias activistas, que actuando em Assembleias Gerais de Sindicatos, conseguiram vincular algumas direcções sindicais no alinhamento do 2.º Congresso da Intersindical.

Foi assim que algumas dezenas de Sindicatos estiveram presentes na última reunião geral, realizada na FIL. Se este «processo» conseguiu a presença de mais de duas centenas de direcções sindicais, ele não conseguirá impedir que centenas de milhares de trabalhadores continuem a não reconhecer qualquer legitimidade à Central Sindical «Reestruturada» ou a qualquer Secretariado eleito nestas circunstâncias.

O 2.º Congresso da Intersindical é a continuação do actual estado de cisão no seio dos trabalhadores, que se tem vindo a manter mais acentuadamente após o Congresso de Julho de 1975.

Se os trabalhadores se pronunciarem favoravelmente ao Relatório publicado pela Direcção, é a ratificação da posição que o Sindicato dos Escritórios de Lisboa tem vindo a assumir, isto é, o não alinhamento num Congresso Sindical sem que as condições mínimas da democraticidade do mesmo estejam asseguradas.

Ao defendermos a Carta Aberta, estamos todos a pronunciarmo-nos pela independência e autonomia dos Sindicatos, pela democracia sindical, pela Unidade do Movimento Sindical.

Não impomos «Unidade» padrão, para nós a verdadeira constrói-se no dia-a-dia a partir dos nossos locais de trabalho, através da discussão e no respeito pela democracia.

Na segunda questão, continuação ou não da filiação na Intersindical, a nossa posição é a de que, **bater-nos-emos sempre por uma Única Central Sindical**, que queremos, AUTÓNOMA, DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE. Não reconhecemos nunca qualquer estrutura do Movimento Sindical com as características do monolitismo e da antidemocraticidade.

Temos o direito de exigir que os milhares de contos que anualmente o nosso Sindicato paga de quotização para a Intersindical sejam empregues num programa de acção que tenha a aceitação da maioria esmagadora das classes trabalhadores deste País e sempre na defesa dos seus interesses.

Queremos garantias da livre discussão e participação de todos os trabalhadores do próximo Congresso.

Lisboa, 9.11.76

A DIRECÇÃO

PUB

AOS SÓCIOS DO SINDICATO  
DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO  
DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS, DIA 16 DE NOVEMBRO, PELAS 21 HORAS NO SALÃO NOBRE DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:

«DELIBERAÇÃO SOBRE AS POSIÇÕES A TOMAR PELA CLASSE. FACE AO COMPORTAMENTO DOS CORPOS GERENTES (REALIZAÇÃO DO REFERENDO)».

- 1 - No passado dia 2 de Novembro foi feito um requerimento, assinado por mais de 300 sócios, solicitando a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia 16 de Novembro de 1976;
- 2 - O Presidente da Mesa convocou, no acto de recepção do requerimento, os mandatários dos sócios requerentes para o dia 3, às 19 horas, a fim de proceder à análise conjunta do requerimento;
- 3 - A esta reunião não compareceu o Presidente da Mesa da Assembleia, fazendo-se substituir por um dos secretários e dois membros do Conselho Fiscalizador (!);
- 4 - Foi comunicado aos mandatários que a Assembleia requerida não teria lugar, a não ser que o resultado do referendo fosse desfavorável à posição da Direcção;
- 5 - Em virtude de tão escandaloso atentado à democracia e aos estatutos, os sócios requerentes convocam, em substituição da Assembleia Geral referida, uma Reunião Geral de Sócios com a Ordem de Trabalhos acima indicada;
- 6 - A identificação dos sócios será feita pelo cartão de sócio ou bilhete postal-convocatória do referendo do dia 18 de Novembro. Os sócios que ainda não tenham recebido o postal-convocatória, devem dirigir-se ao Sindicato, a fim de regularizarem a anomalia e poderem assinar a folha de presenças;
- 7 - Os requerentes, certos de que os sócios do Sindicato terão (como sempre tiveram desde que se respeite a vontade democrática) um comportamento digno, convidam os Sindicatos de Lisboa a fazerem-se representar, através de um elemento devidamente credenciado.

Lisboa, 10 de Novembro de 1976

Os mandatários dos subscritores

EM LEIRIA

# Suspensão de delegados na Caixa motiva mobilização sindical

Diário  
15/11/76

O secretário de Estado da Segurança Social suspendeu os dois delegados da União dos Sindicatos em exercício de funções na Comissão Administrativa da Caixa de Previdência, de Leiria. A suspensão, de acordo com os termos do telegrama em que foi comunicada aos dois dirigentes, será seguida de inquérito ao que teria acontecido naquela instituição e que o governante classifica de «ocorrências graves». Ninguém vislumbra o que possa ser. E os sindicatos reagiram.

A decisão do secretário de Estado tem sido interpretada nos meios sindicais, como mais um acto injusto, de represália contra a União dos Sindicatos, por esta continuar a bater-se contra o despacho do eng.º Vítor Vasques que impediu os dois delegados sindicais de tomarem posse dos cargos na Comissão de Gestão da Acção Médico-Social da Caixa de Leiria, violando o n.º 1 do Art.º 5.º da Portaria 431/76, do Ministério dos Assuntos Sociais.

Na opinião de alguns trabalhadores e dirigentes sindicais, a suspensão e o inquérito estariam bem, se movidos contra o presidente da C.A., dr. Vitorino Vieira Dias que, num comunicado recente, emitido pela União dos Sindicatos de Leiria, é acusado de utilizar «os processos autocráticos» do «antigamente» dentro da instituição.

Afirma-se no mesmo comunicado, que o dr. Vitorino Vieira Dias terá estado a praticar a ilegalidade de chamar os dois elementos da Comissão de Gestão da Acção Médico-Social nomeados pela Caixa, para decidirem sobre questões de Segurança Social que não cabem no âmbito da respectiva competência legal, marginalizando, ao mesmo tempo, os dois delegados sindicais na C.A., cujos pontos de vista acerca de diversas questões não estaria a considerar.

## CONTENCIOSO COM O MOVIMENTO SINDICAL

O contencioso entre o dr.

Vitorino Vieira Dias e o movimento sindical do distrito agravou-se devido ao preenchimento de uma vaga de técnico de OM (Organização e Métodos), em condições consideradas irregulares — facto que a Comissão de Trabalhadores ao tempo em exercício, com responsabilidades na análise e despacho final do processo, reconhece.

A União dos Sindicatos contesta a admissão do dr. Silva Marques para preencher aquela vaga, porque se trata de um patrão contra o qual correm nos tribunais do trabalho, vários processos movidos por trabalhadores cujos direitos terá violado. Além disso, deve avultada quantia referente a contribuições que não pagou à Caixa onde agora está empregado. Finalmente, houve irregularidades no processo de admissão, as quais terão determinado que três candidatos com melhores condições de admissão que o dr. Silva Marques fossem preteridos.

A União dos Sindicatos

organizou todo um processo sobre este assunto e entregou-o na Direcção-Geral de Previdência para que esta se pronuncie sobre a correcção ou incorrecção da admissão do dr. Silva Marques. E quando se esperava que a situação fosse clarificada, sobretudo para tranquilizar as pessoas que, a certos níveis do aparelho de Estado, revelaram apreensão, o secretário de Estado da Segurança Social tomou uma decisão que, em vez de resolver, agravou o problema.

Como os dois delegados sindicais (que continuam a comparecer, diariamente, na Caixa de Previdência) nada fizeram que justificasse a suspensão e o inquérito, cujos promotores não apontam factos verdadeiros nem fornecem a mínima fundamentação legal, a União dos Sindicatos continua a exigir o esclarecimento das condições que levaram à admissão do dr. Silva Marques e a protestar contra a actuação do dr. Vitorino Vieira Dias, que se terá deslocado a Lisboa para

forjar o despacho incriminatório.

## ARBITRARIEDADES

Entretanto, os sindicatos do distrito, tendo consciência de que a manobra que está a ser desenvolvida na Caixa de Previdência de Leiria pelo secretário de Estado da Segurança Social e seus agentes, não é mais que um projecto-piloto para iniciar a nível de todo o País, o afastamento dos representantes do movimento sindical da gestão da Previdência Social, mobilizaram-se e vão mobilizar os trabalhadores do distrito em torno desta questão, dados os aspectos graves de que a mesma se reveste.

Assim, num plenário em que estiveram presentes 34 dirigentes e cerca de 150 delegados sindicais, foi aprovada uma moção em cujos considerandos se declara que «as arbitrariedades do presidente da C.A. — dr. Vitorino Vieira Dias — são prejudiciais aos trabalhadores» e que «é intenção do secretário de Estado da Segurança Social — e do dr. Vieira Dias — afastarem o movimento sindical da gestão da Caixa». Na mesma moção exige-se àquele governante «que suspenda o presidente da

Comissão Administrativa da Caixa de Leiria, dr. Vieira Dias, e seja levantado um inquérito à sua actividade na Caixa».

O plenário considerou ainda «ilegítima a admissão do dr. Silva Marques (...) não só porque deve centenas de contos àquela Caixa como também pelo facto de haver outros concorrentes em melhores condições para ocupar o lugar».

O plenário decidiu não aceitar a suspensão dos representantes sindicais da C.A. da Caixa de Leiria, bem como desenvolver, através dos delegados sindicais, nas empresas, esforços de esclarecimento dos trabalhadores sobre a situação naquela instituição, que consideram grave. Ficou marcado para o próximo dia 20, um plenário distrital de dirigentes e delegados sindicais e trabalhadores de todo o distrito para debaterem a situação e decidirem sobre as medidas a tomar.

Finalmente, foi aprovado o texto de um telegrama a enviar à UNTA e aos trabalhadores da República Popular de Angola, felicitando-os pela passagem do 1.º aniversário da independência e em que se afirma que «hoje, como ontem, os trabalhadores portugueses estão ao lado dos trabalhadores angolanos lutando pelo fim da exploração do homem pelo homem».

# A ABSOLUÇÃO DO MOTORISTA E DIRIGENTES SINDICAIS DOS RODOVIÁRIOS DO PORTO

O Rapaz  
15/11/76

PORTO — No 1.º Juízo do Tribunal Criminal de S. João Novo, onde se juntaram centenas de motoristas e outros trabalhadores, terminou no sábado, à tarde, o julgamento dos motoristas Gualdino Cardoso de Oliveira Reis, Domingos António Ribeiro de Carvalho e Bernardino da Silva Nunes — os dois primeiros, elementos directivos do Sindicato dos Transportes Rodoviários; e, o último motorista é mesmo sindicato — acusados do furto e do uso de um táxi pertencente à firma Taxis Cometa, Lda.

Ao julgamento presidiu o corregedor dr. Mendonça Montenegro.

O Tribunal deu como provado que os réus dirigentes do sindicato, ao tomarem conta do táxi, pondo-o em autogestão, não tiveram a intenção de dele se apropriarem e que o último réu nem sequer teve nada a ver com isso.

A sua decisão — deu o Tri-

bunal como provado — foi pressionada pela informação que receberam do então subsecretário de Estado que a isso no entender deles, o aconselhou.

Assim, apenas praticaram um ilícito civil. Perante esta conclusão, o Tribunal absolveu os três arguidos e condenou os dois primeiros a pagarem à firma, por perdas e danos, a indemnização de 12 041\$60, condenando a firma, por ter decaído na acusação, a pagar o imposto de justiça mínimo.

O juiz dr. Fernandes Vieira votou vencido no acórdão por entender que não havia prejuízo para a firma, a não ser o de uma multa de 450 escudos, que pagou, pelo que devia ser deste montante a indemnização a pagar pelos réus.

Os arguidos, que estavam presos foram, logo, postos em liberdade, o que deu lugar a grandes manifestações de re-

gozjo.

## LEIS DO TRABALHO

# Sindicatos pedem audiência aos órgãos do Poder

Dlx 15/11/76

A comissão nacional mandada pelos participantes no Encontro de dirigentes, delegados sindicais e comissões de trabalhadores sobre legislação do trabalho, realizado em Lisboa no dia 6, solicitou para amanhã as audiências necessárias para levar ao conhecimento dos órgãos do poder as conclusões então aprovadas.

Paralelamente, a comissão está a preparar as acções de apoio e fomento da «mais ampla discussão que as organizações representativas dos trabalhadores irão desencadear, com vista à defesa, esclarecimento, discussão e análise das conclusões». Para esse efeito, preparam-se reuniões, comícios e outras acções, a nível de empresas, freguesias, concelhos e distritos, contando a comissão com grande adesão por parte dos trabalhadores.

Fazendo o balanço daquele encontro, o secretariado da Intersindical considera-o «uma clara e firme resposta dos trabalhadores não só às tentativas de recuperação capitalista

da economia, de desrespeito pela Constituição e de retrocesso social, político e económico ensaiadas pelas forças inimigas das massas laboriosas, como também à passividade do Governo em contrariar essas acções antipatrióticas que, nalguns casos, assume mesmo posições claramente contrárias aos interesses das classes trabalhadoras».

Segundo números definitivos agora divulgados, consideravelmente superiores aos dados provisórios disponíveis no final do Encontro, nele participaram, ao todo, 5153 representantes dos trabalhadores. Assim, estiveram presentes 621 dirigentes sindicais, representando 156 sindicatos, 3155 delegados sindicais e 1377 membros de comissões de trabalhadores, representando 711 860 trabalhadores de 2016 empresas de todo o País.

Esta ampla participação demonstra, segundo a Inter, «as preocupações dos trabalhadores e a sua determinação em opor uma barreira às tentativas de recuperação capitalista

e de retrocesso por parte das forças reaccionárias. Estão em causa a defesa das principais conquistas alcançadas e o lançamento das bases para novos avanços rumo a uma sociedade socialista, como estabelece a Constituição.

## UNIDADE E ORGANIZAÇÃO

A forma como decorreram os trabalhos do Encontro, dinamicamente e com intervenções numerosas mostrou mais uma vez que «os trabalhadores sabem, criativamente, encontrar as melhores respostas para os problemas». Atestam-no as conclusões para os dez temas abordados, que constituem «um valioso contributo para as soluções que urge levar à prática».

As acções agora em preparação, noticiadas pelo secretariado da Inter no comunicado à imprensa que vimos referindo, inserem-se no trabalho de massas propugnado pelo Encontro, com vista ao alargamento e aprofundamento da unidade dos trabalhadores e ao reforço da sua organização, para defesa e consolidação das conquistas alcançadas, defesa da Constituição e construção de uma sociedade socialista.

As conclusões do Encontro Nacional sobre legislação do Trabalho versam, como noticiámos na altura, temas como a contratação colectiva, o direito à greve, o direito ao trabalho, segurança de emprego, controlo operário, segurança social, horário de trabalho, situação das empresas autogestivas e intervenções, trabalho doméstico e contratos a prazo. Dele saiu uma comissão (constituída pela comissão organizadora, por algumas uniões, federações e organizações de comissões de trabalhadores) encarregada de levar essas conclusões ao conhecimento dos órgãos do poder, designadamente, Presidente da República, Conselho da Revolução, Comissão Constitucional, Assembleia da República e Governo. As respectivas audiências foram pedidas para amanhã.

# Tribunal do Porto absolve sindicalistas Rodoviários

Dlx no  
15/11/76

PORTO — O Tribunal absolveu, no sábado, os dois dirigentes do Sindicato dos Rodoviários e o motorista da firma «Taxis Correia» que eram acusados de se terem apoderado, ilegalmente, de um táxi, na sequência do despedimento sem justa causa daquele motorista que, para garantir o seu posto de trabalho, passou a explorar o veículo em regime de autogestão.

O Tribunal, presidido pelo corregedor dr. Miguel Montenegro, assessorado pelos drs. Fernando Vieira e Teixeira do Carmo, considerou improcedente a acusação de furto que pendia sobre o presidente do Sindicato dos Motoristas do Porto, Gualdino Reis, o dirigente Domingos Ribeiro de Carvalho e o motorista Bernardino da Silva Nunes. Os dois primeiros foram, no entanto, condenados ao pagamento de 12 041 escudos, referentes às despesas da viatura no período de auto-gestão, veredicto contestado pelo dr. Fernando Vieira, que votou vencido por

considerar que a multa máxima a aplicar seria de 450 escudos, apenas referente à falta de aferimento do táxi.

Os réus que se encontravam presos em Custóias à ordem do Tribunal, foram imediatamente postos em liberdade, formando-se uma manifestação de trabalhadores que percorreu as ruas da cidade.

Durante o julgamento, as testemunhas de defesa afirmaram o propósito

manifesto do sindicato, de salvaguardar o direito ao trabalho como determinante da experiência auto-gestionária. O advogado de defesa, dr. Zacarias de Carvalho, sublinhou, nas suas alegações, que os trabalhadores não querem indemnizações, mas trabalho, e que a condenação da atitude dos sindicalistas significaria a de milhares de trabalhadores espalhados por mais de oitocentas empresas em autogestão.

# União de Sindicatos criada na Figueira

FIGUEIRA DA FOZ — Em assembleia ontem efectuada na sede do Sindicato da Construção Civil, os sindicatos presentes decidiram, por unanimidade, constituir a União dos Sindicatos da Figueira da Foz.

Os estatutos da União foram aprovados por maioria, com duas abstenções. O Sindicato dos Bancários absteve-se, uma

vez que os estatutos não tinham sido discutidos pela classe. O Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria tomou a mesma posição, devido ao facto de a sua direcção ter tomado posse apenas há três dias.

A sede da nova União dos Sindicatos fica situada na rua da República, n.º 206, na Figueira da Foz.

PUB.

## CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

Dlx  
15/11/76

A TODOS OS TRABALHADORES  
A TODOS OS SINDICATOS

1 — A CNOC, cumprindo o número 1 do Art.º 20.º do Regulamento do Congresso, enviou já a todos os Sindicatos, Uniões, Federações, os projectos de estatutos da INTERSINDICAL, programa de acção e lei sindical.

2 — A sua discussão terá de processar-se até ao dia 28 de Dezembro.

3 — Sugere-se que a discussão se processe de acordo com o seguinte método:

— Os sindicatos deverão promover plenários de delegados sindicais e comissões de trabalhadores, plenários por empresas ou por zonas com o fim de esclarecer e debater os problemas contidos nos documentos.

— Os trabalhadores deverão enviar para os seus sindicatos as suas propostas de alteração, aditamento ou recuso, havendo toda a conveniência em que elas indiquem a que documento dizem respeito e a que número se referem.

EXEMPLO: Proponho que no projecto de «Programa de Acção» o número 221 passe a ter a seguinte redacção:

Posteriormente

Os Sindicatos deverão promover assembleias gerais com vista a serem discutidas e votadas todas as propostas de alteração definindo-se, assim, a posição democrática de cada Sindicato.

4 — Até ao dia 28 de Dezembro os Sindicatos deverão remeter à CNOC as propostas que hajam sido aprovadas pelos trabalhadores que representam.

— Exige no teu Sindicato os projectos de estatuto da INTERSINDICAL, programa de acção e da lei sindical.

— Promove e participa na sua discussão.

Lisboa, 12 de Novembro de 1976.

A COMISSÃO NACIONAL

ORGANIZADORA DO CONGRESSO

16 NOV. 1976

## CONGRESSO DOS SINDICATOS

TRABALHADORES NA IMPRENSA  
ABANDONAM «CARTA ABERTA»

O Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa decidiu, em assembleia geral, expressamente convocada para o efeito, aderir à CNOC — Comissão Nacional Organizadora do Congresso. A reunião decorreu, simultaneamente, em Lisboa e no Porto.

Sobre o tema central do debate surgiram quatro propostas: uma apresentada pela Direcção (sede em Lisboa e delegação nortenha), que tinha por objectivo conseguir a adesão dos sindicatos ao grupo da «Carta Aberta», pronodo ainda a não participação em qualquer reunião da Intersindical. Em Lisboa, esta proposta nem sequer foi admitida à discussão, enquanto que, no Porto, foi rejeitada depois de muitas críticas dirigidas aos corpos gerentes acusados de desrespeitar decisões dos sócios já deliberadas em outras assembleias sobre a matéria.

A proposta aprovada (Lisboa 84 votos a favor e no Porto 32; contra apenas 28 em Lisboa e 2 no Porto) obriga a Direcção sindical não só a participar no Congresso de todos os Sindicatos Portugueses pela Unidade dos Trabalhadores e a desenvolver esforços no sentido de que todos os organismos sindicais participem, inclusive os que subscrevem ainda a «Carta Aberta». Fica ainda a Direcção obrigada a abster-se de participar em qualquer ini-

ciativa considerada divisionista ou paralela ao Movimento Sindical Português, e apoiar as actividades da CNOC.

Curiosamente, no Porto não houve propriamente um debate das propostas — assinala-se. Houve, sim, uma dicotomia de posições entre os que defendiam (mal) a proposta da Direcção e os que se batiam por uma proposta que, objectivamente, se encontra na linha do Secretariado da Intersindical. Em Lisboa, os 28 votos contra surgiram contra a proposta aprovada mas eram posições,

ou deixavam transparecer, de críticas à actuação da «Inter», mas não se lhe opondo frontalmente.

Em conclusão: mais um sindicato abandona o grupo da «Carta Aberta».

Foi aprovada no período de antes da «ordem» uma moção de repúdio pelo despedimento de Manuel Lopes e António Rosa, trabalhadores e dirigentes sindicais têxteis, exigindo o cumprimento da Constituição no que refere a garantia de trabalho e na defesa da actividade sindical.

17 NOV. 1976

«Carta Aberta» reafirma

# Inter responsável pela cisão

Direcções sindicais afectas à «Carta Aberta» vão realizar novo encontro em Coimbra, nos próximos dias 27 e 28, a fim de analisarem a actual situação do movimento sindical — revelou em conferência de Imprensa a comissão de redacção do referido documento. Presentes membros dos Sindicatos dos Escritórios do Porto e de Lisboa, Escritórios e Caixeiros de Faro e Bancários do Sul e Ilhas.

No encontro de Coimbra deverá ser revista a política que a Intersindical e comissão nacional organizadora do Congresso têm vindo a seguir e que a «Carta Aberta», mais uma vez afirma considerar de divisonista e cisionista no movimento sindical.

Para a comissão de redacção da «Carta Aberta», a Intersindical «sempre se opôs à verdadeira discussão dos pontos fundamentais que se põem no movimento sindical e denuncia que as assembleias dos sindicatos afectos à Inter, destinadas a deliberar sobre o projecto de regulamento

do Congresso se caracterizaram pelo «abstencionismo e desmobilização dos trabalhadores». Esta «desmobilização» foi justificada pelo «clima de agressão e as calúnias que reinam nestas assembleias» — dizem os elementos afectos à «Carta Aberta».

A convocação de assembleias gerais para contestar decisões «já claramente tomadas pelos trabalhadores» foi uma das acusações feitas aos elementos afectos à Inter e ao PCP. Durante a conferência de Imprensa. A este propósito, um dirigente dos Escritórios de Lisboa aproveitou para anunciar que não serão aceites os resultados de Assembleias do sindicato realizadas ontem à noite e hoje, pelo facto de as convocatórias não terem sido feitas pelos corpos gerentes.

No que respeita às direcções sindicais que abandonaram a «Carta Aberta», os presentes não atribuíram «qualquer significado ao facto, porque, disseram, terá decorrido de um processo consequido através de «mimi-

-assembleias selvagens, sem representatividade».

Considerando que a «Carta Aberta» desencadeou um movimento sindical «irreversível», a comissão de redacção insurgiu-se contra o relatório de Álvaro Cunhal no Congresso do PCP que «disse que nós somos 10 sindicatos com intenções divisionistas».

«No passado dia 10 — afirmaram os presentes — estivemos reunidos 25 sindicatos de distritos do Continente a fim de preparar o encontro de Coimbra dos próximos dias 27 e 28».

De novo constatando a «divisão» no movimento sindical,

cuja responsabilidade atribuem à Inter, a «Carta Aberta» reafirmou a «intenção de construir uma verdadeira central sindical única independente e democrática».

Caso não cheguem a acordo com a Intersindical, os elementos afectos à «Carta Aberta», asseveraram, no entanto, que «não queremos construir uma outra central sindical». «Queremos — acrescentaram os seus representantes — que todos os trabalhadores participem no seu Congresso, caso contrário o próximo Congresso dos Sindicatos será apenas o 2.º da Intersindical».

## SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

## comunicado n.º 39

PAVot  
18/11/76CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DADA PELOS SÓCIOS  
REQUERENTES DA ÚLTIMA ASSEMBLEIA DE 14-10-76

## O QUE DISSERAM E O QUE NÃO TIVERAM CORAGEM DE DIZER

Deram há já alguns dias os sócios requerentes da última Assembleia uma Conferência de Imprensa onde a mentira e a demagogia são notas predominantes e onde se fazem acusações às quais para esclarecimento dos sócios (que quanto a nós já as conhecemos bem) não podemos deixar de responder.

Comecariam por dizer etes «amigos» que nunca tivemos intenções de realizar uma Assembleia Geral para discussão do Congresso Sindical.

Então, a Assembleia convocada a haver realizado também, é a prova de que se requerentes não estivesse presente e por isso não pudesse ser realizado. Além disso, a todos os sócios que no-lo perguntaram sempre respondemos que não deixaríamos de por esta questão aos trabalhadores.

Acusam os sócios requerentes da última Assembleia os Corpos Gerentes do Sindicato de causadores da desmobilização da classe. Demagogia!

Não serão os causadores da desmobilização da classe aqueles que em vez da discussão dos problemas concretos preferem a «lavagem da roupa suja» como aconteceu no último plenário de Delegados Sindicais e nalguns outros?

Não serão os causadores da desmobilização da classe aqueles que intencionalmente arrastam as assembleias até às tantas da madrugada, para no fim e com meia dúzia de pessoas aprovarem as mocções e propostas que trazem já tantas vezes dactilografadas do centro do partido onde se reúnem?

Quanto aos plenários de Delegados Sindicais dizem estes colegas «estarmo-nos nas tintas para o que nele é decidido». Perguntamos:

— Não são os nossos estatutos affectos à linha deles? Não foi por proposta deles que são meramente consultivos?

— e depois colegas, quantos plenários fazem eles nas empresas com os trabalhadores antes de irem para os plenários?

Além disso, queremos dizer-vos que em muitos plenários de Delegados Sindicais assistimos a que Delegados Sindicais representantes dos mesmos trabalhadores da mesma empresa votaram de forma diferentes mocções e propostas ali apresentadas. Qual deles interpreta a vontade dos seus representados?

Acusam-se ainda a Direcção de abandonar conflitos de trabalho e de que o Sindicato está deserto.

A pura da mentira da primeira afirmação são as reintegrações conseguidas de muitos trabalhadores. Não com a «política revolucionária» que reintegrava uns e saneava outros, de acordo com a sua cor, mas sim exclusivamente orientados no sentido da comprovação dos actos cometidos, independentemente da sede do partido onde se reúnem.

Quanto ao 2.º ponto dir-vos-emos que efectivamente só vêm ao Sindicato os trabalhadores com problemas a tratar e de que aqui, no nosso Sindicato não se distribuem comunicados partidários, não se fazem mobilizações para manifestações ou comícios partidários. O Sindicato fecha às 23 horas, e é verdade, afirmamos que ninguém aqui pernoita, porque o Sindicato nem é hotel, nem residência e não temos medo que seja assaltado.

Dizem ainda os sócios requerentes que aceitámos com pleno conhecimento um sócio que é patrão. Qual dos elementos da Direcção tem conhecimento de tal e qual dos sócios requerentes teve a honestidade de facilitar à Direcção dados concretos sobre isso, que lhe permitisse actuar?

Mas perguntaríamos:

— Quem meteu no nosso Sindicato trabalhadores com simples «carta de recomendação» e em condições absolutamente privilegiadas em relação à maioria dos outros trabalhadores?

Fomos ainda acusados de ter fugido diante dos sócios na última Assembleia Geral. Os trabalhadores que lá estiveram sabem que isso é falso e a gravação feita da assembleia permite ouvir com toda a clareza o Presidente da Assembleia dar a mesma por encerrada.

Também nos ausentamos é certo. Não por medo das ameaças e dos nomes chamados («fascistas» «reaccionários» «palhaços», «lá fora matamo-vos», etc.) mas apenas porque não estavam criadas condições para que ela prosseguisse.

Apontam estes «amigos» despesas absurdas em publicidade, o quê é falso.

Mas esqueceram-se ou não tiveram a coragem de referir outras.

Como simples exemplos entre muitos, perguntamos:

— quem pagou as despesas de publicidade do poder popular?

E a propaganda do CDE feita no nosso aparelho técnico?

Somos ainda acusados de trabalhar «activamente» fora da estrutura sindical, forçando a ideia de uma Central paralela e de efectuar reuniões paralelas.

A prática desta Direcção e os seus objectivos têm sido bem claros. Temos tentado através da luta e do diálogo a construção da Central Única, Democrática e representativa dos trabalhadores e ela só não foi possível porque aqueles que a pretendem ver controlada por um partido em vez de ao serviço dos trabalhadores e deles representativa, a isso se têm oposto.

Mas já agora que se referiram a reuniões e estruturas paralelas, perguntaremos:

— o que é e o que visa a convocatória dos «mandatários dos subscritores» da última Assembleia, para uma reunião geral de sócios para o Instituto Superior Técnico? Não será uma reunião paralela e autenticamente antiestatutária?

— que intuítos movem estes sócios ao informarem os sócios que poderão identificar-se com o postal convocatório para o Referendum?

Ficar com elas e destruí-las para dificultar a votação no dia 18?

— e a que propósito se convidam Sindicatos de Lisboa?

Para também eles discutirem a actuação dos Corpos Gerentes? O que têm os outros Sindicatos a ver com os problemas específicos do nosso e da actuação dos Corpos Gerentes?

Mas gostaríamos de perguntar, por simples curiosidade:

— estarão presentes representantes de Sindicatos devidamente mandatados pelos sócios para o Congresso ou serão daqueles (e são) quase todos) que não tiveram a coragem de fazer uma Assembleia Geral para discutir a questão com os sócios com medo da derrota e da auscultação, democrática da classe que representam?

Esta manobra, colegas, sejamos claros, não visa mais que desviar a atenção da classe do Referendum do dia 18 a realizar no Pavilhão dos Desportos.

Esta manobra, colegas, falemos claro, não é mais que o grito desesperado da derrota que sentem em não conseguirem impor no nosso Sindicato as linhas de um programa que a classe rejeitou.

Ou representará ainda e em suma a última tentativa de bem cumprirmos as ordens recebidas.

Não nos vamos alongar mais em considerações porque a fazermos-lo daria comunicado excessivamente longo e, de resto, a classe não desconhece totalmente os objectivos que com tais manobras são visados.

Mas ao menos que estes sócios tivessem tido a coragem de dizer tudo.

«Esqueceram-se» de dizer que discutiram no Centro de trabalhos de um certo partido a actuação da Direcção e aí planearam a tática a utilizar na mesma.

Esqueceram-se de dizer que fizeram em 1.9.76 uma reunião para simpatizantes e em 3.9.76 uma reunião para militantes.

Esqueceram-se de dizer que realizaram dia 3.9.76 um encontro no Hotel Vitória (Centro de trabalhos do mesmo partido) com «comunistas e dois camaradas do sector de Escritórios (segundo seus próprios termos) para tratarem da análise da Actuação na Assembleia onde até táticas de votação foram estudadas com vista a confundir quer a Mesa, quer os trabalhadores presentes.

Esqueceram-se dizer que aí obrigavam os trabalhadores a comprometer-se em arranjar nas empresas mocções de repúdio à Direcção, esqueceram-se enfim de dizer que a Assembleia estava determinada a ter duas fases:

1 — fase de denúncia,

2 — fase de construção. Quer dizer, aprovação das mocções e propostas já elaboradas que não seriam mais que a cobertura a um pseudo-congresso de todos os Sindicatos, com total desrespeito pelo programa eleito que nada mais é que a vontade da classe, livremente expressa.

Esqueceram-se de dizer que nessa Assembleia havia que aprovar o funcionamento no nosso Sindicato de sub grupos de contratação e sub grupos de controle operário.

Esqueceram-se de dizer tanta coisa que um plano de acção que nos chegou às mãos o manuscrito por um sócio e trabalhador deste Sindicato nos permite saber quanto.

Colegas:

— é desesperada a tentativa de afastar a Direcção do cumprimento do seu programa.

— são evidentes as manobras de afastarem os sócios de votarem no dia 18.11.76.

— é inequívoco o golpe que tentam com a criação de órgãos paralelos à Direcção (como o Secretariado dos Grupos de Trabalho que logo no início do mandato queriam criar).

— é flagrante a persistência em imporem as linhas de um programa derrotado no nosso Sindicato.

Esta Direcção diz claramente que o não permitirá. Será o programa eleito pelos sócios que será realizado.

Auscultaremos o desafio que nos é lançado e sempre tivemos a certeza de que ele aconteceria. Mas temos também a certeza da correcção dos nossos objectivos.

Não temos medo, pois, nem dos nomes chamados na assembleia nem tão-pouco das ameaças que para o Sindicato e nossas residências nos são feitas.

A classe corresponderá e dirá claramente o que pretende.

## COLEGAS:

VOTA NO DIA 18-11-76 NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS DAS 08.00 AS 24 HORAS

O TEU VOTO É A TUA VONTADE!

A DEMOCRACIA VENCERÁ O GOLPISMO E O OPORTUNISMO!

Lisboa, 16 de Novembro de 1976

Pela DIRECCAO  
(assinatura ilegível)

# SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

## ASSEMBLEIA GERAL

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

D. Bonifácio  
18/11/76

## CONVOCATÓRIA

De harmonia com o Art.º 25.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas — Em Sessão Extraordinária — ao abrigo do disposto da alínea c) do Art.º 24.º para o dia 23 DE NOVEMBRO DE 1976, AS 20 H E 30 M, no PAVILHÃO DOS DESPORTOS em LISBOA.

### ORDEM DE TRABALHOS:

**PONTO ÚNICO — CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE**

- Discussão e votação sobre a participação ou não do nosso Sindicato no Congresso de Todos os Sindicatos pela Unidade dos Trabalhadores, pela Reestruturação da Intersindical e sobre o pagamento ou não das quotas à Intersindical.

Lx, 16 de Novembro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

a) Alberto Martinho Gonçalves

#### NOTA:

- De harmonia com o Art.º 27.º dos Estatutos esta Sessão só poderá realizar-se se estiverem presentes pelo menos 100 (cem) dos requerentes.
- Para ingresso na sala da Assembleia Geral é obrigatório a apresentação do cartão de sócio efectivo do Sindicato ou, desde que exhiba outro documento identificativo, credencial passada pelo Sindicato.
- Não serão atendidos casos de abonação por outros sócios.
- Todos os sócios devem preencher e assinar a folha de presenças à entrada.

## Os anátemas da Carta Aberta

DLx - 18/11/76

Da última conferência de Imprensa organizada pelos promotores do grupo da «Carta Aberta» o mínimo que se pode dizer é que não serviu a causa de uma Informação ao serviço do povo.

Esses dirigentes sindicais, que o são nas novas condições criadas pelo 25 de Abril, já deveriam ter arredado definitivamente o velho conceito dos homens da Informação como meros destinatários de arengas palavras ou interlocutores num «diálogo» de sentido único. E já deveriam ter compreendido que o anátema sumário lançado contra alguns órgãos de Informação cujos profissionais não precisaram de esperar aquele dia para lu-

tar pela libertação dos trabalhadores e pela democracia, não favorece as forças do progresso nem o mundo do trabalho.

Ouvimos, nesse encontro, palavras balofas que foram dirigidas ao nosso jornal: faltava-lhes o abono da realidade. Por isso, não responderemos com provas a meras palavras. Mas confirmamos os nomes dos jornais que a «Carta Aberta» divisa em terreno inimigo. Não são, curiosamente, aqueles que os trabalhadores publicamente têm identificado como seus adversários, mas sim aqueles que consideram seus aliados de classe. Confirmamos e registamos.

E.L.

## Reunidos em Vila Franca de Xira

### Sindicatos defendem congresso aberto

D. Mot  
18/11/76

O Congresso dos Sindicatos deve ser aberto a todas as organizações sindicais, que devem reunir-se num único propósito de defender intransigentemente a situação dos trabalhadores portugueses, foi, em síntese, a conclusão de uma reunião-começo efectuada no salão de festas dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira e que teve a participação de filiados nos Sindicatos dos Professores da Grande Lisboa, Telefonistas de Lisboa, Bancários do Sul e Ilhas, Metalúrgicos de Lisboa e Rodoviários de Setúbal.

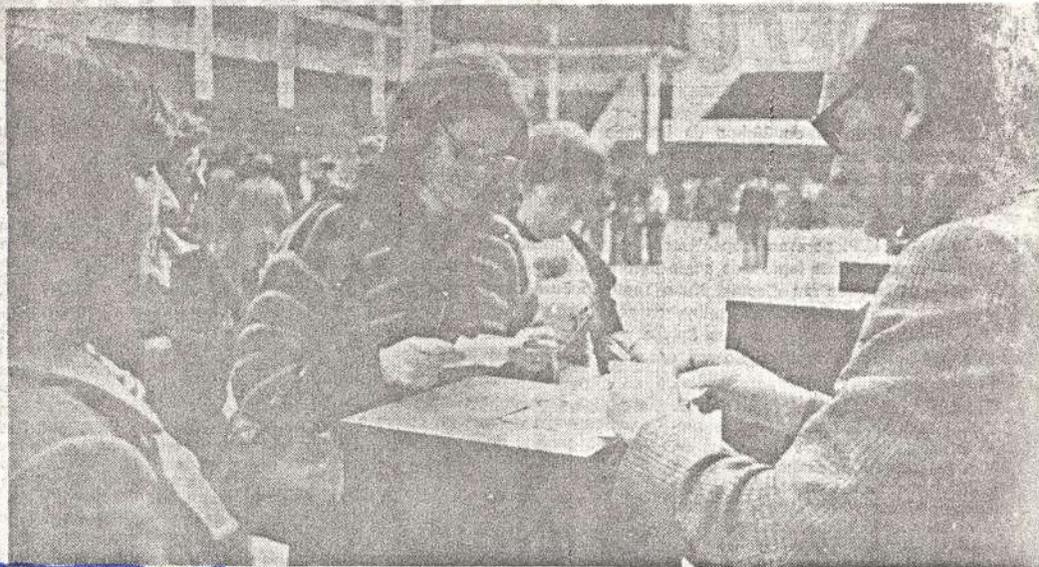
A reunião tinha como tema a «situação actual do movimento sindical e o I Congresso dos

Sindicatos». Verificaram-se numerosas intervenções em que sobressaiu o propósito de actualizar todo o movimento sindical perante a situação socio-económica e política do País.

As conquistas já alcançadas pelos trabalhadores foram também intransigentemente defendidas, sendo-o também «a necessidade de continuar a luta pela unidade sindical, independentemente de qualquer facção política, de activar todas as organizações sindicais e consciencializar os trabalhadores para o interesse em apoiarem e colaborar com os seus Sindicatos, preparando em profundidade o Congresso, o qual deve reunir todos os Sindicatos do País».

# REFERENDO NOS ESCRITÓRIOS

# TRABALHADORES PRONUNCIAM-SE SOBRE CONGRESSO DOS SINDICATOS



Carta 18/11/76

«A afluência às urnas é boa», informou-nos um dirigente sindical

## Referendo nos Escritórios sobre o Congresso dos Sindicatos

Secção 18/11/76

Os trabalhadores de escritórios do distrito de Lisboa foram hoje às urnas para escolher entre a participação no Congresso dos Sindicatos ou a continuação no movimento «Carta Aberta». As mesas de voto, colocadas no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, nas instalações dos Bombeiros Voluntários em Alhandra e na delegação do sindicato em Torres Vedras, abriram esta manhã, pelas 8 horas, e só encerram às 24 horas, procedendo-se seguidamente à contagem dos votos.

Recorde-se que o referendo em questão surge no seguimento de uma assembleia geral efectuada no passado dia 14 de Outubro, encerrada por deliberação da mesa, que considerou não estarem unidas «as condições mínimas de democraticidade para ela prosseguir». Nessa assembleia foram sistematicamente contestadas as declarações da mesa quanto ao resultado das votações, considerando um largo sector de sócios que aquela falseava os apuramentos. Depois destes incidentes o conselho fiscalizador do sindicato solicitou ao presidente da mesa da assembleia geral a realização do referendo, o que foi aceite e agora posto em prática.

### (Não votes)

Subscrito por «um grupo de trabalhadores que luta por um sindicato controlado por todos os trabalhadores», foi divulgado um comunicado que apelava à não participação no referendo, lançando a palavra de ordem «Não votes».

Nesse documento afirma-se, nomeadamente: «É assim que, recorrendo a esta medida exclusiva — o referendo —, a direcção vai recorrer nos sectores mais recuados da classe o voto ou cheque em branco para a sua prática antidemocrática e antiestatutária. A direcção não interessa o esclarecimento e a discussão. Apenas se interessa o aval à sua actuação.»

E mais adiante:

«Primeiro, faz só conhecer a sua posição, não permite a discussão e obriga-nos agora a ir deitar o papelinho. Não cumpre uma decisão em assembleia — votar novamente o fim da assembleia às 10 e 30 —, abandona a sala, dá por aprovado o referendo, que nem sequer foi discutido ou posto à votação e junta-lhe o ponto n.º 2 — que é uma proposta de alteração aos estatutos, mal disfarçada.»

«Depois de criticar não só a direcção «que fala na democracia e na unidade real para melhor nos dividir e impor as suas ideias», mas também o Secretariado da Inter e os controladores que o defendem dentro do nosso Sindicato», o grupo de trabalhadores que subscreve o comunicado aponta uma alternativa: «Esta alternativa, democrática e independente, baseia-se em dois pontos: a defesa intransigente da unidade consagrada nos nossos Estatutos e a luta pela democraticidade dentro da actual central única.»

«Não é fora da Intersindical que se combate a antidemocracia do seu Secretariado. Não é juntando-se na Carta Aberta a provocadores e fascistas que se consegue lutar contra o seu Secretariado. Pode e deve-se lutar dentro da Intersindical contra a falta de democracia e independência apoiando-se nos trabalhadores, apoiando na sua força e no seu esclarecimento. Nunca como hoje foram tão boas as condições para isso. Grande número de Sindicatos opõem-se à actuação do Secretariado e apresentam alternativas — como por exemplo quando dos projectos de regulamento. Este é, pois, o caminho que preservando a nossa unidade, não dará campo aos fascistas que jogam no pluralismo e na recuperação capitalista, ao mesmo tempo que derrotará as manobras antidemocráticas do Secretariado da Inter.»

Por seu turno, o comité do M. R. P. P. afirma num comunicado: «O «referendum» foi a forma que os corpos gerentes do nosso Sindicato encontraram para continuar a ludibriar os trabalhadores de escritório e uma arma para negociarem com os social-fascistas a partilha da Intersindical, levando a cabo a política da «maioria de esquerda». Tal como o abaixo assinado da Com. Red. Carta Aberta, também o «referendum» não é forma de combater à linha traidora da Intersindical. Essa, combate-se na prática, apoiando as lutas que os trabalhadores travam pela resolução dos seus problemas concretos. Qualquer que seja o resultado do «referendum», os trabalhadores de escritório não devem alimentar ilusões de que o problema da participação do nosso Sindicato no Congresso fica resolvido.»

### Tal a salarial

Em comunicado agora divulgado, a direcção do Sindicato dos Escritórios de Lisboa atribui ao Ministério do Trabalho «inteira responsabilidade» pela tabela salarial contida numa portaria de regulamentação de trabalho que «se prepara para publicar».

Sustentam os dirigentes dos escritórios que os salários desta portaria são uma «fronteira» e que a tabela salarial que em comissão técnica havia merecido a concordância dos representantes dos trabalhadores «foi alterada».

A terminar, o comunicado afirma que se exige «uma imediata correcção das referidas tabelas salariais para os valores que tinham em comissão técnica, merecido a aprovação da Federação dos Escritórios do Sul e publicação dentro do prazo anunciado pelo Ministério do Trabalho».

Os empregados de escritório vão decidir hoje, em referendo, a realizar no Pavilhão dos Desportos, a sua vinculação ou não à Carta Aberta e a continuação do Sindicato da Intersindical.

Sobre este assunto, nos últimos dias, várias organizações políticas, através de comunicados ou de reuniões, emitiram a sua posição.

Assim, o Movimento Democrático do Trabalho, afecto ao PCP (m-l), em comunicado tornado público, apela «para o voto na Carta Aberta e para a não permanência na Intersindical. Não deixa de teor algumas críticas a dirigentes do Sindicato.»

De qualquer forma, no documento chegado à redacção, o MDT esclarece que votar na «Carta Aberta não significa apoiar os conciliadores e os submarinos. No nosso caso não significa sequer apoiar a direcção...»

E continua: «No entanto, votaremos na Carta Aberta como meio de luta por uma verdadeira central sindical única e democrática.»

### Hipóteses

O Comité do MRPP para os trabalhadores de escritório também se debatem num comunicado distribuído, sobre a questão do referendo.

Falando sobre as hipóteses colocadas, este grupo de trabalhadores afirma: «Vinculação à Inter (rejeição do relatório da direcção) — votar neste ponto significa apoiar a política social-fascista.»

«Vinculação à Carta Aberta (aprovação do relatório da direcção) ... é apoiar a política conciliadora da direcção, cujos resultados já vimos.»

«Votar na continuação da filiação na Intersindical, sem apontar os princípios em que se deve basear, sem definir que o objectivo é lutar lá dentro contra a política golpista e traidora do seu secretariado, contra as estruturas burocráticas, é o mesmo que apoiar essa política. Por outro lado, votar na saída da Intersindical é fugir à luta, é capitular face ao social-fascismo e é marginalizar o nosso Sindicato do movimento sindical.»

Conclui: «Qualquer que seja o resultado do «referendum», os trabalhadores de escritório não devem alimentar ilusões de que

o problema da participação do nosso Sindicato no Congresso fica resolvido.»

### Reunião no IST

Paralelamente, cerca de dois mil sócios do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, afectos ao PCP, decidiram, numa reunião levada a efeito no Instituto Superior Técnico, a não participação no referendo, que hoje se realiza.

No documento aprovado incita-se «os sessenta e cinco mil associados a não participarem na assembleia-referendo, que só procura a divisão dos trabalhadores.»

Recorde-se que a direcção do Sindicato afirmou não considerar válidas as deliberações resultantes da reunião (embora a ela possam ter acedido trabalhadores bem-intencionados), porque esta não foi convocada pelos corpos gerentes de acordo com os estatutos.

### Posição da direcção

Entretanto, a direcção do Sindicato dos Escritórios emitiu um comunicado onde refuta acusações que lhe são feitas, nomeadamente, pelo sector que esteve presente no IST.

Depois de afirmar que a prática da direcção e os seus objectivos têm sido bem claros formula uma série de perguntas ao sector de trabalhadores que esteve no IST, nomeadamente: «Quem pagou as despesas de publicidade de poder popular?»; «E a propaganda do CDE feita no nosso aparelho técnico?»

Na parte final do comunicado, para encerrar as considerações, diz a direcção: «Esqueceram-se de dizer que discuti-

ram no Centro de Trabalhos de um certo partido a actuação da direcção e aí planearam a tática a utilizar na mesma.

«Esqueceram-se de dizer que fizeram em 1-9-76 uma reunião para simpatizantes e em 3-9-76 uma reunião para militantes.

«Esqueceram-se de dizer que realizaram, dia 3-9-76, um encontro no Hotel Vitória (Centro de Trabalhos do mesmo partido), com comunistas e dois camaradas do sector de Escritórios (segundo seus próprios termos) para tratarem da anulação da actuação na assembleia, onde até táticas de votação foram estudadas com vista a confundir, quer a mesa, quer os trabalhadores presentes.

«Esqueceram-se de dizer que ali obrigavam os trabalhadores a comprometer-se em arranjar nas empresas moções de repúdio à direcção; esqueceram-se, enfim, de dizer que a assembleia estava determinada a ter duas fases: 1 — Fase de denúncia; 2 — Fase de construção. Quer dizer, aprovação das moções e propostas já elaboradas, que não seriam mais que a cobertura a um pseudo congresso de todos os sindicatos, com total desrespeito pelo programa eleito, que nada mais é que a vontade da classe, livremente expressa.

«Esqueceram-se de dizer que nessa assembleia havia que aprovar o funcionamento do nosso sindicato de subgrupos de contratação e subgrupos de «controles» operário.

«Esqueceram-se de dizer tanta coisa, que um plano de acção que nos chegou às mãos, e manuscrito por um sócio e trabalhador deste sindicato nos permite saber quantos»

02º  
18/11/70

## FUTEBOLISMO, DOLARISMO, DIVISIONISMO E OUTRAS PALAVRAS TERMINADAS EM ABISMO

A *música e o silêncio* é uma das rubricas de maior prestígio na televisão portuguesa. Teria lugar em qualquer televisão por esse mundo, particularmente naqueles países onde a televisão é uma coisa a sério.

Apesar disso, a rubrica de António Victorino de Almeida tem pouca sorte. Colocada às quartas-feiras, acaba por sofrer todos os embates do futebol internacional, geralmente nesse dia. E de vez em quando, lá se vai à viola...

Assim aconteceu ontem. Por causa do Portugal-Dinamarca. Até aos últimos minutos estive na esperança de que a *música e o silêncio* ainda viesse. Não, afinal. Não, porque após laboriosas negociações, a RTP e a Federação Portuguesa chegaram finalmente a acordo. Foi aquilo a que se chama uma luta homérica. A Federação só se rendeu dez minutos antes

do jogo principiar. Aquilo é que é resistência, carambolas! Pouco lhe importa à televisão que tantos espectadores fiquem em casa à espera da *música e o silêncio*. Não só pouco lhe importará como até possivelmente não acreditará. Talvez por lá se pense também que *o que a gente quer é bola...*

É que tem tanta força a tradição...

### BOM SENSO

Os meninos engraçadinhos coitadinhos da *História à Vista* falaram, falaram, do cerco de Lisboa. Não sabiam bem se era no reinado de D. João ou de D. Fernando, o que bem vistas as coisas não tem grande importância, é tudo uma questão de investigação histórica. A senhora professora vai com eles à Torre do Tombo e tudo se esclarecerá.

Pensei que os meninos engraçadinhos coitadinhos iam representar algumas situações empolgantes do cerco. Afinal, não. Os meninos engraçadinhos coitadinhos optaram pela história da cigarra e da formiga.

Fizeram bem. Ainda há quem diga que o bom-senso não é deste mundo...

### COM 300 MILHÕES DE MACACOS

Que no *telejornal* não saibam escrever português, vá que não vá. A coisa é difícil mesmo.

Que no *telejornal* nem saibam falar, ainda se compreende. Não haver por lá nenhum gago, admira-me. E quando houver, não me espantarei.

Que no *telejornal* se pratique o anticomunismo de forma tão primária e descarada, espanta alguém?

Mas não sabem fazer contas de multiplicação, Senhor, uma simples conta! Diz-se por lá que os Estados pensam emprestar a Portugal 300 milhões de dólares que nas minhas contas dá cerca de 9 milhões de quilos e o *telejornal* aponta para os três milhões.

Engano, há. Mas lá que o dolarismo avança, isso avança. A propósito: que exigirão os Estados Unidos em troca? Sim porque o dolarismo não é propriamente uma instituição de caridade...

### THE OPEN LETTER TEM AS COSTAS QUENTES

Avança o dolarismo e há quem aposte no avanço do divisionismo.

Na televisão, o divisionismo assume aspectos muito curiosos. Por exemplo: no último *telejornal* de antes de ontem, o locutor lembrou que nesse dia houvera duas conferências de

Imprensa. Iam passar uma reportagem da *Open Letter* (mais vulgarizada com o nome de *Carta Aberta*) depois da posição da CNOP divulgada na nossa primeira edição...

Seguiu-se a reportagem, com o depoimento falado de um representante da *Open Letter*, com a duração superior a 3 minutos.

Na realidade, o *telejornal-1* referira-se à conferência de Imprensa mencionada, sem intervenção directa de qualquer representante e com pouco mais de um minuto de duração (ena tanto!).

Onde é que a rola tem o ninho? Pois é aonde a rola tem os olhos...

Pormenor notável: enquanto perorava o representante da *Open Letter*, era bem visível atrás dele o mapa dos Estados Unidos.

Não será caso para se pensar que a *Carta Aberta* tem as costas quentes?

### O ANÚNCIO

Já que estamos com a mão na massa...

No último *telejornal* de ontem voltou a batalhar-se pela *Carta Aberta*. O locutor diz ter-se recebido uma comunicação do Sindicato dos Escritórios em que se reafirma a realização do referendo em tal sítio e aproveita para citar a parte da tal comunicação em que se alertam todos os sócios contra as manobras das forças afectas à *Intersindical* e mais isto e mais aquilo.

Trata-se de uma nítida ingerência na vida sindical.

Trata-se de uma autêntica publicidade disfarçada.

Trata-se de uma clara tomada de posição que, face à RTP, nenhum título legitima.

Trata-se, em resumo, de uma autêntica pouca vergonha. Os trabalhadores que, nos Escrí-

tórios, lutam pela unidade, saberão tirar as conclusões que se impoem.

E que tão visíveis são...

## COMPANHIA!



**TRABALHO**

# Importante referendo no Sindicato dos Escritórios

por JOSÉ PRAÇA

Um importante acontecimento decorre durante o dia de hoje para os trabalhadores do Sindicato dos Escritórios de Lisboa. Trata-se de um referendo em que são postos em causa dois pontos cruciais na vida sindical actualmente: a ratificação do prosseguimento da direcção daquele sindicato na luta encetada com o aparecimento da «Carta Aberta»; e a permanência, ou não, do sindicato na Intersindical.

Este referendo reveste-se de grande significado, político e não só, uma vez que é conhecida a posição firme do Sindicato dos Escritórios de Lisboa na condução da luta da «Carta Aberta». Segundo alguns observadores atentos ao desenrolar da polémica sindical, é de crer que a Intersindical tente, por todos os meios ao seu alcance, obstar à concretização do referendo, uma vez que isso, segundo os mesmos observadores, pode significar uma derrota mais para a linha da Inter.

Aliás, e segundo o que nos foi dado saber, detectaram-se já algumas manobras que apontam naquele sentido. É importante, pois, a participação maciça dos trabalhadores do sindicato neste referendo.

À medida que se aproxima a próxima realização do Congresso da Intersin-

dical, as forças político-sindicais a ela afectos tudo fazem para combater quantos se lhes opõem, para isso usando dos métodos que lhes são já habituais.

De resto, tal como «Tempo» tem vindo insistentemente a denunciar, a Inter só com muita dificuldade deixará de impor a «sua» hegemonia no movimento sindical português.

Disso, aliás, são prova as recentes eleições no Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, onde ganhou a lista A, afecta à Inter, e que mais não constituiu do que uma recondução da anterior direcção sindical. Com efeito, logo á partida um grande «handicap» impedia que a esmagadora maioria dos trabalhadores do ramo pudesse, livremente e democraticamente, expressar a sua vontade. Assim, só tinham direito a voto os que na ocasião do acto eleitoral tivessem porventura as quotas em dia. Nem tão-pouco os desempregados podiam votar. Ora acontece que grassava, tal como é do domínio público, um enorme descontentamento entre a classe, pela actuação seguidista da direcção cessante em relação à Intersindical, o que obviamente levou muitos dos trabalhadores a

suspender o pagamento das suas quotas, como protesto por esse tipo de actuação. Deste modo, uma significativa percentagem dos sócios viu goradas as possibilidades de exercer o seu inalienável direito de voto, só o podendo fazer aqueles que, fiéis ao «caciquismo» do Partido Comunista, se mantiveram sempre «obedientes» e «subservientes» às «ordens» que lhes eram superiormente «ditadas».

Do facto, só aproximadamente seis mil trabalhadores, dos cerca de cem mil que compõem a classe, puderam portanto, votar, o que levou o MRP que concorreu com uma das listas, a contestar o resultado das eleições.

Por outro lado, começou antes de ontem a greve nos TLP, com paralisações sucessivas, que culminará com a paralisação total em 22 do corrente, caso o Governo não revogue o Decreto 784/75 e até que a «Previdência seja controlada pelos trabalhadores». Tal deliberação, de resto, foi tomada em plenário de emergência, que contou com a diminuta presença de cerca de 1300 trabalhadores, das muitas dezenas de milhares que constituem a classe. Aliás, foi manifestamente inexpressiva a adesão a esta «greve selvagem» por parte dos trabalhadores.

## «CARTA ABERTA»

Realizou-se no passado dia 16 em Lisboa uma conferência de imprensa da Comissão de Redacção da «Carta Aberta», que visou fundamentalmente **denunciar** o 2.º Congresso da Intersindical. Efectivamente, a citada comissão entendeu oportuno tomar uma posição sobre o assunto, por em sua opinião este congresso «não constituir o Congresso de todos os sindicatos para a unidade».

Aliás, para fazer o ponto da situação foi referido que em 27 e 28 de Novembro próximos terá lugar em Coimbra uma Reunião Geral de Sindicatos afectos aos princípios da «Carta Aberta», e para isso foram já formadas comissões dinamizadoras distritais.

Na oportunidade, e a uma pergunta do «Tempo» sobre a análise que mereceu pelo articulista do semanário «Expresso» a actuação mais recente da «Carta Aberta», fomos respondido que a «Carta Aberta» está mais que viva e que «difere da Inter por não usar dos seus métodos». Sobre o mesmo assunto, acrescentaram ainda que «a democracia a nível sindical vingará finalmente e a ditadura sindical acabará por morrer».

# Trabalhadores dos escritórios denunciam manobras dos "Carta Aberta"

Um grupo de trabalhadores devidamente identificados divulgou um comunicado a propósito do referendo no Sindicato dos Escritórios. Afirma o comunicado:

"Como é do conhecimento público realizou-se no dia 18 do corrente um referendo ilegal (por não ter sido deliberada a sua realização em Assembleia Geral de Trabalhadores) para votação da continuação ou não da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa na chamada Carta Aberta.

Na Caixa Sindical de Previdência dos Tipógrafos, Litógrafos e Ofícios Correlativos aconteceu o que a seguir relatamos e que demonstra até que ponto a Gestão Sindical tem sido objecto de manobras golpistas.

Nesse mesmo dia por volta das 13 horas constou que alguns funcionários haviam sido dispensados do serviço por tempo indeterminado e sem qualquer controle, para exercerem o seu direito de voto. Ora sendo o horário de funcionamento da assembleia de voto, das 8 às 24 horas, só se compreende esta facilidade por parte dos responsáveis para alguns funcionários, como meio de aliciamento para uma participação, que de outro modo não seria significativa uma vez que é de todos conhecida a fraca participação no movimento sindical dos funcionários desta Instituição.

Não quizemos deixar de denunciar alguns dos métodos de que os Senhores da chamada "Carta Aberta" se servem para atingir os seus objectivos."

# Fraca afluência ao referendo dos Escritórios

Diário 20/11/76

Foi pouco significativa a afluência às urnas, no referendo que a direcção do Sindicato dos Escritórios promoveu anteontem para que a classe se pronunciasse quanto à permanência daquela organização de classe no movimento da chamada «carta aberta» ou, em alternativa, na Intersindical Nacional. Com cerca de 12 mil votos expressos, segundo os números divulgados pelos corpos gerentes do sindicato, o referendo representou uma significativa perda de apoio da direcção, relativamente às eleições de Janeiro passado, em que votaram mais de 25 mil trabalhadores.

Em diversas, empresas, entretanto, começou a ser denunciado o «conluio» de muitos patrões com a direcção do Sindicato. Segundo comunicados recebidos na nossa redacção, alguns patrões resolveram «colaborar» com a direcção, incitando os trabalhadores ao voto e permitindo-lhes a deslocação nas horas de serviço, às assembleias de voto. Também em diversas instituições de Previdência os funcionários foram autorizados, sem qualquer controlo, a votar nas horas de serviço. Assim aconteceu, pelo menos na Federação das

Caixas de Previdência, e nas Caixas dos Serviços Médico Sociais dos tipógrafos e dos Migrantes. Já em Janeiro, o ministro dos Assuntos Sociais havia autorizado tolerância de ponto para permitir o exercício do direito de voto, embora, como agora, as urnas estivessem abertas das 8 às 24 horas.

O Conselho Fiscalizador do Sindicato deverá, entretanto, pronunciar-se, em breve, quanto aos pedidos de impugnação do referendo apresentados, pelo menos, por dois grupos de trabalhadores. Um dos requerimentos nesse sentido resultou de uma reunião geral de sócios realizada na quarta-feira, no Instituto Superior Técnico, onde o modo como foi convocado o referendo — sem discussão prévia das questões a plebiscitar — foi considerado «antidemocrático», «antiestatutário» e «divisionista». Nesta reunião, lançou-se num apelo à abstenção dos sócios ao referendo, o que parece ter encontrado eco na classe.

O segundo pedido de impugnação de que temos conhecimento foi apresentado no próprio dia do referendo, por um outro grupo de sócios.

# TUC e Inter manifestam interesse em cooperar

Diário 20/11/76

«A reunião entre as delegações do TUC e da Intersindical decorreu em clima de amizade e de compreensão mútua» — salienta-se no comunicado conjuncto da Trade Union Congress (TUC) da Grã-Bretanha e da central sindical portuguesa emitido no final das conversações efectuadas ontem na sede da «Inter».

As duas delegações transmitiram informações sobre a situação sindical em cada um dos dois países, abordando, também, questões do movimento sindical mundial. Salientando a importância dos contactos agora estabelecidos e manifestando interesse em desenvolver a cooperação entre as organizações sindicais de Portugal e da Grã-Bretanha, as delegações, no comunicado final, reafirmam a sua solidariedade «ao sindicalismo espanhol, à CUT do Chile e aos povos do mundo que ainda lutam contra o fascismo, o colonialismo e o «apartheid».

Acerca da Conferência



Sindical Europeia de Fevereiro-Março de 1975, as delegações do TUC e da Intersindical consideram positivos os seus resultados e declaram-se «favoráveis à realização de uma Conferência Sindical Europeia em 1977».

A TUC é a mais antiga

organização sindical do mundo e, simultaneamente, a mais importante da Europa capitalista, representando cerca de 11 milhões de trabalhadores sindicalizados. A delegação agora em Lisboa é composta por Jack L. Jones, secretário-geral da Federação dos Transportes e presidente

do Comité Internacional do TUC; J. Gormley, presidente do Sindicato Nacional dos Mineiros; G. Smith, secretário-geral da Federação dos Sindicatos da Construção Civil; e J. Hargreave, chefe do departamento Internacional do TUC.

## CONGRESSO DOS SINDICATOS

### C.N.O.C. censura a RTP por falta de objectividade

... A Comissão Nacional Organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos (C.N.O.C.), em comunicado distribuído à imprensa, chama a atenção das entidades responsáveis pela comunicação social para as «atitudes discriminatórias e injustificadas que em nada abonam a independência e objectividade da Informação». O reparo prende-se com a cobertura jornalística dada pela RTP, na passada terça-feira, a uma conferência de imprensa promovida pela C.N.O.C.

Com efeito, a Televisão limitou-se a transmitir uma breve notícia sobre o acontecimento, acompanhada da projecção de um slide. O encontro, como na altura noticiámos, destinava-se a fazer o ponto da situação dos trabalhos preparatórios do Congresso, e a divulgar os respectivos textos-base. Mas, no mesmo dia, a RTP apresentou desenvolvida reportagem filmada sobre uma outra conferência de imprensa, realizada por algumas direcções sindicais afectas à Carta Aberta. Ora esta última iniciativa, diz-nos a C.N.O.C., «teve como objectivo a teimosa manobra de divisão do Movimento Sindical por parte de uma flagrante minoria de cúpulas sindicais».

Chamando a atenção para a desigualdade de tratamento dada pela RTP, na razão inversa do verdadeiro alcance das duas conferências de imprensa, a comissão organizadora do Congresso alerta todos os trabalhadores «para as manobras desinformativas de certos órgãos de Informação, especialmente no que se refere ao noticiário que interessa às massas laboriosas do nosso país».

# Referendo dos Escritórios impugnado pelos sócios

- votação reduzida apoia "Carta Aberta"
- a maioria absteve-se

Foi pouco significativa a afluência dos sócios do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa ao referendo ontem efectuado para conhecer a posição da classe quanto ao próximo Congresso dos Sindicatos. Entretanto, dois grupos de sócios requereram, a impugnação do referendo junto do Conselho Fiscalizador daquele sindicato, órgão promotor do referendo, pelo seu alegado carácter antiestatutário.

Segundo resultados provisórios divulgados pelos dirigentes do Sindicato, votaram 12 662 sócios, ou seja, cerca de 19 por cento dos filiados. Recorde-se que, na altura das eleições para os corpos gerentes, acorreram às urnas mais de 25 mil trabalhadores, isto é, perto de 40 por cento dos sindicatos. A quebra agora verificada não terá sido estranho o apelo à abstenção, propugnada por um sector significativo da classe, na sequência de uma reunião geral efectuada no dia 16, em substituição de

uma assembleia geral que os corpos gerentes se recusaram a convocar para a mesma data.

Entre os votantes, 10 971 (86,6 por cento) mostraram-se partidários da vinculação do seu Sindicato ao grupo da «Carta Aberta», 1412 (11,1 por cento) a favor da vinculação à comissão organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos, e 279 votaram branco ou nulo. O referendo colocava ainda, como opção, a permanência do Sindicato na Intersindical ou a sua desvinculação da central sindical. Votaram nesta última hipótese 83,5 por cento (10 578), e pela continuação 14,5 por cento (1835) dos participantes no referendo.

Num encontro com a imprensa, realizado esta manhã, os mandatários dos sócios que pediram a impugnação do referendo, por antidemocrático antiestatutário e divisionista, chamaram a atenção para a escassa afluência de sócios, apesar da vasta máquina de propaganda utilizada pelos corpos gerentes do sindicato em abono

das suas posições. Segundo se disse, os dirigentes voltaram a fazer despesas consideravelmente elevadas com diverso tipo de propaganda, utilizando assim dinheiro dos sócios para fins que lhes são próprios.

O pedido de impugnação foi entregue ao Conselho Fiscalizador na véspera da consulta à classe. Nele se invoca o carácter antiestatutário do referendo, remetendo-se para determinados artigos dos Estatutos, e solicita-se a realização da segunda sessão da assembleia geral iniciada em 14 de Outubro. Ontem mesmo outro grupo de sócios pediu, pelos mesmos motivos, a impugnação do referendo, apelando, igualmente, para a abstenção.

Por outro lado, na sequência da reunião geral realizada no passado dia 16, vai ser requerida a realização de uma assembleia geral extraordinária destinada a analisar a actuação dos corpos gerentes e a deliberar sobre a sua eventual destituição.

## NO PORTO Reunião de empresas em autogestão

No próximo sábado, dia 20 à tarde, realiza-se no Salão do Inatel, no Porto uma reunião geral das Empresas em Autogestão e Cooperativas a fim de dar a conhecer os resultados das diligências feitas pelo res-

pectivo Secretariado e pelos sindicatos e Intersindical junto da A. R. e do Governo e ainda para estudo de medidas económicas quanto à legislação para o sector.

20 NOV. 1976

# Sindicatos prontos a debater projecto de lei sobre contratação

A comissão de associações sindicais para a contratação colectiva e o secretariado da Intersindical «estão na disposição de considerar e discutir construtivamente as sugestões e propostas de alteração» que os grupos parlamentares do P.S. e do P.C.P. apresentem sobre o projecto de lei elaborado pelo Movimento Sindical, que visa a revogação do diploma vigente sobre contratação e a aprovação de nova legislação «radicalmente diferente dos projectos antioperários do Governo».

Aquela comissão, acompanhada pelo gabinete de estudos, vai contactar imediatamente o grupo parlamentar do P.S., no sentido de adoptar posição idêntica à assumida pelos deputados do P.C.P., que anunciaram publicamente a decisão de fazer seu esse projecto, apresentando-o à Assembleia da República.

O projecto foi apresentado ao abrigo do direito de participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho, reconhecido constitucionalmente, e «reflecte as reivindicações dos trabalhadores e as

posições democraticamente definidas pelo Movimento Sindical» informa um comunicado da Inter.

O documento mereceu a aprovação expressa de treze dos maiores sindicatos portugueses e de dez federações, que se defrontam com o congelamento de facto da contratação colectiva, que afecta cerca de milhão e meio de trabalhadores. O mesmo projecto foi ratificado pelo Encontro Nacional sobre Legislação do Trabalho, recentemente efectuado em Lisboa com a presença de 156 sindicatos, 621 dirigentes sindicais, 3155 delegados sindicais e 1377 membros de comissões de trabalhadores, representando 711 860 trabalhadores de 2016 empresas.

## GOVERNO IMITA SILVA PINTO?

A Intersindical vai diligenciar junto de todos os órgãos do poder, a fim de impedir a assinatura e a promulgação pelo Presidente da República do decreto aprovado na reunião do Conselho de Ministros reali-

zada no Porto, o qual altera a lei sindical estabelecendo que a cobrança das quotas sindicais compete aos respectivos sindicatos. Tal diploma, esclarece a Inter, constitui «mais uma violação da lei fundamental», e representa «uma clara ingerência do poder político no Movimento Sindical».

Essa medida «contraria o que está acordado em inúmeras convenções de trabalho», e visa «o enfraquecimento do Movimento Sindical». Obrigar, por outro lado, à criação de «um dispendioso mecanismo burocrático, cujas necessidades os trabalhadores tinham já ultrapassado na sua luta». A Inter lembra, a este respeito, que já o ex-ministro das Corporações Silva Pinto tentara impor medida idêntica, com o fim de desarticular o aparelho sindical. «Já nessa altura os trabalhadores reagiram e, repudiando-a, impediram a sua concretização».

E conclui a Intersindical: «O primeiro Governo constitucional, cada vez menos capaz de resolver os problemas que afligem o Povo Português, encontra somente energia para revogar mais um artigo da Lei Sindical, prosseguindo assim a sua actuação contra os interesses dos trabalhadores na via da recuperação capitalista e, neste caso concreto, imitando a acção do ministro fascista Silva Pinto».

DLx 20/11/1976

## Inter e TUC preconizam conferência sindical europeia

Considerando positivos os resultados da conferência sindical europeia de Fevereiro-Março de 1975, a Trades Union Congress (T.U.C. da Grã-Bretanha) e a Intersindical Nacional declaram, em comunicado conjunto, serem favoráveis à realização de uma conferência sindical europeia em 1977.

O comunicado conjunto veio culminar as conversações travadas em Lisboa entre as duas centrais sindicais. A delegação inglesa, que já regressou a Londres, era composta por Jack L. Jones, secretário-geral da Federação dos Transportes, J. Gormley presidente do sindicato nacional dos mi-

neiros, G. Smith, secretário-geral da Federação dos Sindicatos da Construção Civil e J. Hargreave, chefe do departamento internacional do T.U.C.

«As conversações decorreram num espírito de solidariedade que caracteriza os trabalhadores e ambas as delegações entendem que tais contactos devem prosseguir», afirma-se no comunicado conjunto, documento que termina com uma manifestação de «solidariedade ao sindicalismo espanhol, à C.U.T. do Chile, assim como aos trabalhadores e povos do mundo que ainda lutam contra o fascismo, o colonialismo e o «apartheid».

PUB.

## SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALO-MECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

### CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PLENÁRIO DELEGADOS SINDICAIS

A fim de uma maior dinamização e de alargar ao maior número possível de trabalhadores a discussão e análise dos Projectos de Alteração dos Estatutos da Intersindical Nacional, da Lei Sindical e do Programa de Acção, dando assim primato ao artigo 20.º do Regulamento do Congresso, vão realizar-se, ao abrigo do Decreto-Lei 215/B, PLENÁRIOS DE ZONA DE DELEGADOS SINDICAIS, pelas 16 horas do dia 22.11.76, nos locais abaixo indicados, esperando-se deste modo uma melhor preparação dos camaradas Delegados Sindicais para que nas empresas junto dos trabalhadores possam ajudar na discussão dos mesmos Projectos.

TORRES VEDRAS .....	Delegação de Torres Vedras
MEM-MARTINS .....	Delegação de Mem-Martins
VILA FRANCA DE XIRA .....	Delegação de Vila Franca de Xira
SACAVÉM .....	Delegação de Sacavém
LISBOA .....	Cooperativa Caixa Económica Operária (R. Voz do Operário, n.º 64, 3.º)

A DIRECÇÃO

PUB.

## COMISSÃO DINAMIZADORA DISTRITAL DE SETÚBAL

### CONGRESSO <sup>02x</sup> 20/11/76 DE TODOS OS SINDICATOS CONVOCATÓRIA

Convocam-se todas as Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais para reuniões a efectuar no próximo dia 23/11, às 21 horas, nos seguintes locais:

- ZONA DE MONTIJO e ALCOCHETE  
Banda Democrática 2 de Janeiro — Montijo
- ZONA DE BARREIRO e MOITA  
Sindicato dos Ferroviários — Barreiro
- ZONA DE SETÚBAL e PALMELA  
Salão de Festas do INATEL — Setúbal — Praça da República
- ZONA DE ALMADA, SEIXAL e SESIMBRA  
Incrível Almadense — Almada
- ZONA DE SANTIAGO e SINES  
Instituto de Obras Sociais — Sines

PUB.

### SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SEGUROS DO SUL REUNIÃO MAGNA CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores de seguros associados deste Sindicato para uma Reunião Magna a efectuar no próximo dia 25 de Novembro, na União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa (Rua Castilho, 14 - Lisboa, pelas 21.00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - "Discussão sobre a participação ou não do nosso Sindicato no II Congresso da INTERSINDICAL (CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS)".

Lisboa, 19 de Novembro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
*Fernando Manuel Leite Alves*

PUB.

### UNIÃO DOS SINDICATOS DE VIANA DO CASTELO / INTERSINDICAL

#### SINDICATO DA INDÚSTRIA HOTELEIRA DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

#### ADERÊNCIA À INTERSINDICAL

Expressamente convocada a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, Restaurantes e Similares do Distrito de Viana do Castelo, para votar na aderência ou não à Intersindical Nacional, os trabalhadores pronunciaram-se a favor da aderência em 89% dos votantes.

O SECRETARIADO DA UNIÃO DOS SINDICATOS  
DE VIANA DO CASTELO

## Intersindical denuncia recuperação latifundiária

"Falhadas que foram as tentativas de aprovar o projecto CDS na Assembleia da República", a reacção encontra, na "autorização governamental da entrega de algumas "reservas" no distrito de Beja", uma "alternativa para fazer devolver aos latifundiários absentistas e sabotadores, a terra recuperada pelos trabalhadores agrícolas", afirma a Intersindical, em comunicado ontem emitido, a propósito dos mais recentes ataques à Reforma Agrária.

"As notas oficiais do actual ministro da Agricultura", prossegue o documento da Inter, "têm sido um aliciente

incentivo à ofensiva reaccionária, procurando dividir os trabalhadores e ameaçando-os com a "intervenção" da GNR".

Depois de denunciar as dificuldades levantadas pelo Instituto dos Cereais para recolher o trigo produzido e entregar as sementes para a nova produção", a Intersindical denuncia a actuação dos Comités Regionais da Reforma Agrária, que "determinaram a suspensão dos trabalhos das sementeiras, provocando gravíssimos prejuízos à economia nacional".

"A Reforma Agrária", sublinha aquela central

sindical, "significa uma das maiores conquistas do Povo português. Tendo sido conduzida pelos trabalhadores e resultando num substancial aumento da produção de cereais e dos efectivos pecuários, os trabalhadores repudiam energicamente todos os passos de uma plano de recuperação capitalista e latifundiária e exigem do Governo o cumprimento dos princípios enunciados na Constituição portuguesa e dos compromissos assumidos pelo Ministério da Agricultura e Pescas, no sentido de prosseguir as expropriações, antes de considerar os pedidos de reserva".

# Inter contra cobrança das quotas pelos sindicatos

O Secretariado da Intersindical Nacional protestou contra o decreto-lei aprovado na reunião do Governo efectuada no Porto, e que estabelece a obrigatoriedade para os sindicatos de cobrarem as quotas respectivas. Simultaneamente anunciou a apresentação aos órgãos de poder e aos grupos parlamentares do PS e do PCP de um projecto de lei sobre contratação colectiva.

Em comunicados emitidos no sábado, aquele Secretariado considera que a determinação sobre as quotas "constitui uma clara ingerência do poder político no movimento sindical, é contrária aos interesses dos trabalhadores e foi tomada sem que os mesmos tivessem sido ouvidos, como estipula a Constituição". Acrescenta: "Ao decretá-la, o Governo não desconhece que se trata de uma medida que contraria o que está acordado em numerosas convenções de trabalho celebradas entre os sindicatos e o patronato e pretende o enfraquecimento do movimento sindical e obrigar

à criação de um dispendioso mecanismo burocrático cuja necessidade os trabalhadores tinham já ultrapassado na sua luta."

Segundo o Secretariado da Inter, "o primeiro Governo constitucional, cada vez menos capaz de resolver os problemas que afligem o povo português, encontra somente energias para revogar mais um artigo da lei sindical, prosseguindo, assim, a sua actuação contra os interesses dos trabalhadores na via da recuperação capitalista e, neste caso concreto, imitando a acção do ministro fascista Silva Pinto". A concluir, a Intersindical promete diligenciar junto de todos os órgãos de poder no sentido de não ser promulgado o decreto em causa.

## PROJECTO SOBRE CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Um projecto de lei apresentado pelo secretariado da Intersindical aos Grupos Parlamentares do PS e do PCP visa, nos termos de outro

comunicado da Central Sindical, "a revogação do Decreto-lei n.º 164-A/76" e a criação "de legislação nova, radicalmente diferente dos projectos antioperários do Governo, e que dê cumprimento à Constituição, salvaguardando os interesses, direitos e conquistas dos trabalhadores".

Aquele projecto mereceu a aprovação expressa de 13 dos maiores sindicatos e 10 federações "que se defrontam actualmente com o congelamento, de facto, da contratação colectiva", além de ter sido ratificado nas conclusões do Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores realizado no passado dia 6. Entretanto, o Grupo Parlamentar do PCP já anunciou a sua disposição de propor o projecto à apreciação da Assembleia da República. Quanto ao PS, o Secretariado da Intersindical anuncia que continuará a desenvolver esforços para que adopte igual atitude.

## Referendo dos escritórios de Lisboa

# Manobra anti-estatutária da direcção

Os trabalhadores de Escritório de Lisboa que optaram pela participação no referendo promovido pela Direcção do Sindicato para decidir qual a posição face à "carta aberta" e à Intersindical, votaram maioritariamente pela permanência na primeira e abandono da Central Sindical Única.

Os resultados foram os seguintes: votaram na vinculação à "carta aberta" 10 971 trabalhadores, e à Intersindical 1412, tendo sido apresentados 279 votos brancos ou nulos, num total de 12 662 votantes.

Por outro lado, votaram a favor da saída da Intersindical 10 578 trabalhadores, contra 1835 a favor da filiação e 248 votos brancos ou nulos.

Neste referendo, participaram pois menos de 13 mil trabalhadores, número reduzido, se o compararmos com os 65 mil filiados no Sindicato, e nos 25 mil trabalhadores participantes nas eleições dos actuais corpos gerentes. Estes números podem ser explicados pelo apelo à abstenção feito por vários grupos de sócios ideologicamente distintos.

Registam-se algumas reacções a este referendo. A direcção do Sindicato, através de um dos seus membros, afirma que "vão continuar a defender as

posições que têm defendido, os princípios da "carta aberta", fora do sindicato", considerando que o referendo obteve a "resposta esperada dos trabalhadores", e não ter sido pouca afluência às urnas, dado não se tratar de um acto eleitoral. Informou ainda, que a actividade da "carta aberta" continuará num plenário a realizar nos próximos dias 27 e 28, em Coimbra.

## REFERENDO "ANTI-ESTATUTÁRIO"

Por outro lado realizou-se uma Conferência de Imprensa em que sócios do sindicato, que haviam convocado uma Assembleia Geral de Trabalhadores para

discussão da participação do Sindicato dos Escritórios de Lisboa no Congresso, consideraram este referendo "anti-estatutário e antidemocrático", afirmando que o facto de se ter registado pouca mobilização por parte dos trabalhadores, constitui uma prova da "boa consciencialização da classe". Este grupo anunciou também, a sua intenção de impugnar o referendo.

## "CARTA ABERTA" — 2.ª CENTRAL SINDICAL?

Por outro lado sócios que se identificam como "um grupo de trabalhadores que luta por um sindicato formado por todos os trabalhadores, após afirmar que o referendo é "um golpe claramente antidemocrático e anti-estatutário", refere: "à direcção não interessa o esclarecimento e a discussão. Primeiro só faz conhecer a sua posição e agora obrigamos a ir lá deitar o papelinho. O que quer dizer a vinculação à Inter ou à "carta aberta"? Será que a direcção considera a "carta aberta" uma 2.ª Central Sindical, que se vota em alternativa à Inter?" A esta posição, e à do Se-

cretariado da Intersindical, estes sócios dos escritórios apresentam uma alternativa, baseada na "defesa intransigente da unicidade consagrada nos estatutos", e "luta pela democraticidade dentro da actual Central Única".

Entretanto, os trabalhadores de Escritório do MRPP, vão considerando que o referendo foi a forma de os corpos gerentes deste sindicato "negociarem com os social-fascistas", num comunicado intitulado curiosamente: "Carta Aberta do social-fascismo".

## CNOC DENUNCIA RTP

A Comissão Nacional Organizadora do Congresso protestou veementemente pelo facto de a RTP ter dado uma breve notícia sobre uma Conferência de Imprensa por ela convocada, ao passo que "enviou redactor e câmaras e, nessa mesma noite, apresentou desenvolvida reportagem, para além da longa comunicação dos responsáveis do acto", acerca de uma Conferência de Imprensa de algumas direcções afectas à "carta aberta".

23 NOV. 1976

# Assembleia dos Bancários discute Congresso

## • Direcção apela à classe contra o golpismo

O Pavilhão dos Desportos será cenário de mais uma assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que se realiza esta noite, pelas 20.30 horas. Requerida por um grupo de 713 associados, a assembleia tem como ordem de trabalhos um único ponto: Congresso de todos os Sindicatos para a unidade.

De salientar que esta agenda é precisamente a mesma da assembleia que teve lugar a 15 de Outubro, na FIL, e onde os bancários decidiram permanecer na "Carta Aberta" e não comparecer no chamado "II Congresso da Intersindical", bem como não pagar as quotas àquela central.

A assembleia, convocada

sob requerimento de um grupo de sócios do sindicato, surge, assim, como uma clara tentativa de contrariar as decisões anteriores da classe, à semelhança do que ocorreu no Verão do ano passado, com os estatutos. É neste sentido que se deve interpretar um comunicado da direcção, onde se pode ler a dada altura: "Acreditamos que os bancários saberão reafirmar que querem a democracia e que utilizarão a sua liberdade para a defenderem, mais uma vez, contra o golpismo, a sabotagem, o "bota-abaixo". Acreditamos em que a sólida coesão dos trabalhadores bancários isolará os divisionistas que, pela via do secretariado da Intersindical ou

das organizações "revolucionárias" que episodicamente lhe dão cobertura, exercem todo o tipo de pressões sobre o nosso sindicato no sentido de nos submetemos à prática hegemónica de quem pretende impôr-se, contra a vontade dos trabalhadores e concedendo perigosíssimos argumentos às forças do capital e da reacção".

E o comunicado da direcção dos Bancários termina afirmando: "A luta dos trabalhadores pela autonomia, pela democraticidade e pela unidade do movimento sindical não pára! Não à sabotagem! Com serenidade e firmeza, a democracia vencerá!"

PUBLICIDADE

## PLENÁRIO DE COIMBRA

Sindicatos subscritores e aderentes aos Princípios da CARTA ABERTA

Realiza-se nos próximos dias 27 e 28 de Novembro, em Coimbra, FACULDADE DE LETRAS, Anfiteatro 2, um plenário de Direcções sindicais subscritores e aderentes aos princípios decorrentes da CARTA ABERTA, com a seguinte

### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise global da situação sindical.
2. Linhas de actuação imediata com vista à concretização, através da PARTICIPAÇÃO ACTIVA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES, dos princípios decorrentes da CARTA ABERTA.

Por uma CENTRAL SINDICAL DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE!

Pela AUTONOMIA, pela DEMOCRACIA, pela UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL!

Comissão de Redacção da CARTA ABERTA (Ilegível)

P. S. — Para credencial as direcções sindicais deverão contactar qualquer dos Sindicatos da COMISSÃO DE REDACÇÃO.

PUB.

Ddx 23/11/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE SEGUROS DO SUL

## Assembleia Geral Extraordinária

### CONVOCATÓRIA

De harmonia com o artigo 33.º, alínea b), dos Estatutos, convoca-se uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia 9 de Dezembro de 1976, na sede do nosso Sindicato (Largo do Intendente, 35, 1.º — Lisboa) e em cada distrito da área do Sindicato (nos mesmos locais do último acto eleitoral), das 10 às 23 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Referendo sobre a participação ou não do nosso Sindicato no II Congresso da «INTERSINDICAL» (CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS).

Lisboa, 19 de Novembro de 1976.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Fernando Manuel Leite Alves

## Denunciando a prática antidemocrática do secretariado da Inter

Leite 23/11/76

## Sindicato da Hotelaria de Faro apela à «efectiva unidade»

"Combatemos e denunciámos o Secretariado da Intersindical pela sua prática antidemocrática que dia a dia cava mais fundo o fosso existente no movimento sindical" — afirma-se num comunicado do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro.

Declarando aceitar os princípios programáticos da "Carta Aberta", por considerar "ser uma proposta e alternativa válida para aquilo que sempre lutámos: uma central sindical única, democrática e independente", a direcção do Sindicato da Hotelaria de Faro afirma não compreender a cisão que se verifica em relação às duas principais correntes sindicais: "Carta Aberta" e secretariado da Inter. Assim, garantindo não estar enfeudada a qualquer linha, aquela direcção pergunta: "que motivos ocultos existirão para que em nome dos

trabalhadores que dizem defender, os levam e não tentar esquecer divergências que certamente são poucas e aprofundar cada vez mais a maioria dos pontos de vista comuns?"

Realista, o documento do Sindicato de Faro acentua:

"Desconhecer ou rejeitar as divergências existentes no movimento sindical português, poderá ser um erro histórico que só favorecerá as forças reaccionárias que a todo o transe tentam desestabilizar uma situação democrática — forças essas que se tornam tanto mais poderosas quanto mais se aprofundam as divergências sindicais entre os trabalhadores deste país, que necessariamente terão que encontrar um procedimento correcto, que sem dúvida será criar a efectiva unidade das massas trabalhadoras, contra aqueles que, não tenhamos dúvidas, atentam contra as conquistas do povo português, bem expressas na Constituição.

# «Queremos assegurar direito ao trabalho»

A importância dos recursos humanos na reconstrução económica do país foi posta em destaque na sessão inaugural da mesa-redonda sobre estratégia global do emprego, efectuada no Instituto Nacional de Estatística.

Participam nos trabalhos, que são presididos pelos secretários de Estado do Planeamento e do Emprego, respectivamente, Maria Manuela Silva e Tito de Morais, os responsáveis e altos funcionários dos serviços daquelas Secretarias de Estado, representantes de vários ministérios e da Intersindical, e uma missão de peritos da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a qual se deslocou a Portugal, ao abrigo de um acordo de cooperação assinado entre o nosso país e aquela organização, com o objectivo «de sensibilizar técnicos portugueses sobre a estratégia global de emprego».

O eng. Tito de Morais, a abrir a sessão, depois de sublinhar que «o problema do emprego constitui para o Governo uma preocupação prioritária», recordou: «Nós herdamos em todos os domínios uma situação catastrófica, que se encontrava disfarçada (até Abril de 1974) por uma opulência enganadora, limitada unicamente a algumas famílias privilegiadas e que se traduzia em termos nacionais por injustiças sociais contidas pela 'razão da força'».

Historiando as rápidas transformações políticas e sociais resultantes da Revolução de Abril, Tito de Morais referiu ainda que «a crise económica mundial veio juntar-se às nossas dificuldades, assim como a desconfiança que surgiu em

diferentes sectores internacionais quanto às nossas possibilidades de êxito».

O secretário de Estado do Emprego disse que ao assumir as suas funções não dispunha de estatísticas ou outros dados que traduzissem a situação real e sobre os quais pudesse planificar a sua acção, pelo que se punha alternativa: começar por criar as estruturas que faltavam e que dariam a imagem real da situação ou então atacar o problema directamente, procurando resolver as situações mais dramáticas, que exigiam uma acção imediata.

Dentro dessas medidas imediatas de defesa dos postos de trabalho, Tito de Morais, salientou que, durante os primeiros seis meses deste ano, o Governo, por intermédio da Secretaria de Estado do Emprego, concedeu empréstimos sem juros a cerca de 60 pequenas e médias empresas, no valor global de 125 milhões de escudos, beneficiando assim 7500 trabalhadores.

Por outro lado, foram apoiadas as empresas de construção de habitações sociais com cerca de um milhão de contos e só para a criação de postos de trabalho destinados aos desalojados das ex-colónias aquele departamento governamental atribuiu mais de quatro milhões de contos.

A terminar a sua intervenção, Tito de Morais anunciou: «No próximo ano vamos ensaiar uma política de desenvolvimento económico planificado e queremos que essa política tenha como objectivo principal assegurar o direito ao trabalho, tal



como está consignado na nossa Constituição».

## UM MILHÃO DE EMIGRANTES EM DEZ ANOS

A dr.<sup>a</sup> Maria Manuela Silva, secretária de Estado do Planeamento, que falou a seguir, fez uma exposição aos participantes da mesa-redonda, abordando alguns pontos que considerou de reflexão sobre política de emprego.

Depois de referir que não é esta a primeira vez, após o «25 de Abril», que se procuram soluções para o problema do desemprego, Manuela Silva frisou que «o nível de emprego dos recursos humanos de um país não deve — porque não pode — isolar-se do projecto global de sociedade, nem constitui capítulo à parte, ou mesmo até apêndice de política económico-social. Por isso — prosseguiu — pretendemos en-

quadrar a problemática do emprego no planeamento a médio prazo, como fizemos questão de o ver considerado no plano económico e financeiro do Estado para 1977, que acaba de ser presente à apreciação da Assembleia da República».

Apontou depois os seus temas de reflexão para a definição de uma estratégia global de emprego, que são a situação sócio-económica em que nos encontramos e que terá de constituir ponto de partida obrigatório para definir qualquer política, e «o projecto político de construção de uma sociedade de transição para o socialismo, tal como o vemos consignado na Constituição da República e concretizado no programa do Governo».

Em seguida, analisou a situação sócio-económica do país, dividindo essa análise em dois períodos — de 1968 a 1973 e de

1974 até à data. Realçou, no primeiro período, o desenvolvimento de certos sectores industriais, o que permitiu manter uma taxa de crescimento anual de 7 por cento, mantendo-se, no entanto, apático o sector agrícola, sem qualquer melhoria quer quantitativa quer qualificativa. Acrescentou que, «não obstante a expansão da economia não foram concomitantemente criadas condições para o aproveitamento dos recursos potenciais».

Para Manuela Silva, essa situação mostrou «a incapacidade da economia nacional em criar postos de trabalho suficientes para a oferta de mão-de-obra a níveis de remunerações adequadas, o que obrigou os excedentes activos, nomeadamente agrícolas, a recorrer à emigração maciça,

aproveitando das vantagens comparativas das condições de trabalho em outros países da Europa. Entre 1963 e 1973, terão saído do país mais de um milhão de portugueses».

No que se refere ao período de 1974/76, o secretário de Estado do Planeamento apontou, em primeiro lugar, a ligeira quebra registada na taxa de crescimento anual, que se viera alcançar este ano 5,1 por cento, salientando, no entanto, que se verificarão modificações importantes nos vários sectores produtivos que contribuíram, este ano, para o produto nacional bruto. Com efeito as percentagens foram, no sector primário, 17,8 por cento, no secundário, 43,5, e no terciário, 38,7.

A concluir a sua exposição, Manuela Silva chamou a atenção para a importância do emprego na construção de uma sociedade de transição para o socialismo, sublinhando que o projecto desta deverá ter, «em lugar central, o objectivo último de criar condições para que cada cidadão, em idade activa, encontre um posto de trabalho produtivo e remunerado», o que pressupõe — disse mais adiante — «um certo tipo de planeamento sócio-económico baseado na maximização da utilização dos recursos nacionais, compatível com a maximização da satisfação das necessidades sociais».

«Este é o objectivo social da política económica — acentuou a concluir — o qual só poderá alcançar-se pela via do planeamento e pressupõe a existência de um contexto de poder político favorável aos trabalhadores.

Picínio 23/11/76

NO SÁBADO, EM LISBOA E NO PORTO

Picínio 23/11/76

# ACÇÃO DE MASSAS CONTRA POLÍTICA ANTI-OPERÁRIA

# Trabalhadores manifestam-se contra recuperação capitalista

Para protestarem contra o congelamento da contratação colectiva, os despedimentos e o pagamento de parte do 13.º mês em Títulos do Tesouro, bem como para demonstrarem a sua determinação de defenderem a Reforma Agrária, os trabalhadores de Lisboa e do Porto vão manifestar-se no sábado, naquelas duas cidades, em concentrações promovidas pelas respectivas uniões de sindicatos, diversos sindicatos, federações e comissões de trabalhadores.

As concentrações realizar-se-ão, respectivamente, no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, e no Palácio de Cristal, no Porto, ambas às 15 horas.

«As tentativas ensaiadas pelas forças reaccionárias com vista ao retrocesso social, político e económico do nosso país, a política de recuperação capitalista que vem sendo seguida, o desrespeito pela Constituição e o conseqüente agravamento das condições de vida dos



A efectivação de concentrações em Lisboa e no Porto foi anunciada ontem durante uma reunião de trabalhadores com representantes dos órgãos de informação.

As uniões dos sindicatos de Lisboa e do Porto, de parceria com diversas outras organizações sindicais e comissões de trabalhadores daqueles distritos e ainda de Setúbal, convocaram para o próximo sábado duas manifestações que se destinam a demonstrar o repúdio dos trabalhadores pelo congelamento da contratação colectiva de trabalho, os despedimentos abusivos e o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro.

Os trabalhadores, que se concentrarão, pelas 15 horas, no estádio 1.º de Maio, em Lisboa, e no Palácio de Cristal, no Porto, protestarão igualmente contra a política de recuperação capitalista que vem sendo seguida, salientando a «passividade e incapacidade» do Governo em face da ofensiva com que o patronato visa o «retrocesso social, político e económico do País».

A defesa da Reforma Agrária constitui, também, um dos principais motivos da convocação das manifestações, através das quais o Movimento Sindical começa, pela acção directa de massas, a exigir o cumprimento das linhas de orientação traçadas no recente Encontro Nacional de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores. (Pág. 10).

## No sábado, em Lisboa e Porto

## Manifestações contra 13.º mês em títulos, congelamento salarial e desemprego

Picínio 23/11/76

De acordo com as conclusões do Encontro de Dirigentes Sindicais e Comissões de Trabalhadores, realizado em Lisboa no passado dia 6, vão realizar-se no próximo sábado, em Lisboa e no Porto, concentrações para combater o congelamento da contratação colectiva, lutar contra o desemprego e contra o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro, além da defesa da Reforma Agrária.

Em conferência de imprensa ontem realizada, os representantes das diversas organizações de trabalhadores que convocam as concentrações (sindicatos, federações, uniões e secretariados de

comissões de trabalhadores), chamaram a atenção para o congelamento que se passa no domínio da contratação colectiva, uma vez que os contratos em atraso atingem um milhão e meio de assalariados, bem como para a liberalização dos despedimentos e o pagamento do 13.º mês em títulos, ao mesmo tempo que se prepara a indemnização «dos latifundiários e grandes capitalistas». Na mesma ocasião, foi destacado que, em muitos casos, essas medidas desrespeitam claramente a Constituição.

Amanhã, às 18 horas, a Presidência da República receberá o Secretariado da Cintura Industrial de Lisboa.

trabalhadores» estão na origem da convocação das concentrações, segundo explicou ontem, em conferência de imprensa, Graciete Caldeira, do secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa. Todos estes factores, aliados «à passividade e incapacidade do Governo para os travar» tinham já determinado a realização do Encontro Nacional de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, no passado dia 6, em Lisboa, com a presença de mais de 4500 militantes sindicalistas.

«As conclusões desse Encontro», acentuaram os dirigentes sindicais, na conferência de imprensa, «apontam para a defesa intransigente das conquistas alcançadas», o que passa pela «unidade na acção em torno de objectivos imediatos muito concretos».

O «congelamento de facto da contratação colectiva, uma das frentes por que se concretiza a ofensiva do patronato reaccionário, conduz, neste momento, ao progressivo agravamento das condições de vida de um milhão e meio de trabalhadores e respectivos agregados familiares abrangidos pelos processos emperrados, ao mesmo tempo que a nova legislação sobre despedimentos, aprovada em Conselho de Ministros, «permite a sua liberalização em moldes que constituem um perigo grave para as massas laboriosas», sublinharam os dirigentes sindicais.

Do mesmo modo, a decisão governamental sobre o pagamento de parte do 13.º mês em Títulos de Tesouro e o esquema de poupança forçada programado pelo Governo foram também considerados «uma autêntica afronta aos trabalhadores», até porque, paralelamente, se «anuncia e prepara a indemnização aos grandes agrários e capitalistas».

Depois de salientarem que, em alguns casos, essas indemnizações «desrespeitam a Constituição, como naqueles em que houve sabotagem económica», os dirigentes sindicais concluíram a terminar que esta medida «levará ao agravamento da situação económica e financeira dos pequenos e médios comerciantes» e afectará sectores laborais que recebem este ano pela primeira vez o 13.º mês, como acontece, por exemplo, com os trabalhadores portuários.

## CONTACTOS COM ÓRGÃOS DO PODER

Paralelamente à dinamização de acções de massas, as estruturas representativas dos trabalhadores, através dos seus representantes, continuam a diligenciar estabelecer contactos com os mais importantes órgãos do poder, na tentativa de transmitir às entidades competentes as posições manifestadas pelo Movimento Sindical acerca dos problemas que afectam os interesses dos trabalhadores.

Assim, ontem, a Comissão Nacional eleita para esse fim durante o Encontro de dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores foi recebida pelo presidente da Assembleia da República, dr. Vasco da Gama Fernandes, a quem expôs os pontos de vista dos trabalhadores sobre a actividade legislativa do primeiro Governo constitucional. A mesma comissão deverá ser recebida amanhã pela Comissão de Trabalho da Assembleia. Os representantes dos trabalhadores solicitaram ainda audiências ao Primeiro-Ministro, ao Conselho da Revolução e à Comissão Constitucional, devendo marcar hoje a data de um encontro com o ministro do Trabalho.

Por outro lado, a comissão de luta contra o Decreto-Lei 530/76, eleita no plenário de comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa que se reuniu, nas instalações da Mague, para analisar as consequências daquele diploma, solicitou, igualmente, audiências a alguns órgãos do poder. Hoje mesmo esta comissão será recebida em Belém, às 18 horas, pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes.

## Sindicatos afectos à INTER em ofensiva contra Governo

Para combater o congelamento da contratação colectiva, lutar contra os despedimentos e contra o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro, e defender a reforma agrária, vários sindicatos, federações, uniões e secretariados de Comissões de Trabalhadores organizam no sábado concentrações em Lisboa e Porto. Numa conferência de imprensa para o efeito convocada na intersindical foi salientado que "as tentativas ensaiadas pelas forças reacçãoárias com vista ao retrocesso social, político e económico do nosso País, à recuperação capitalista, ao desrespeito pela Constituição e ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a passividade e incapacidade do Governo para tratar essas acções", conduziram ao encontro de dirigentes sindicais e Comissões de Trabalhadores do dia 6. "As conclusões desse encontro apontam para a defesa intransigente das conquistas alcançadas, o que passa pela unidade na acção em torno de objectivos imediatos muito concretos."

O "congelamento de facto" da contratação colectiva conduz a um progressivo agravamento das condições de vida do milhão e meio de trabalhadores abrangidos, enquanto a legislação sobre pes-

pedimentos "permite a sua liberalização em moldes que constituem perigo grave para as massas laboriosas" — sublinharam os dirigentes sindicais presentes à conferência de imprensa. Os mesmos consideraram a medida que estabelece o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro e o esquema de poupança forçada como "uma autêntica afronta aos trabalhadores, até porque, paralelamente, se anuncia e se prepara a indemnização dos grandes agrários e capitalistas". Depois de salientarem que, nalguns casos, essas indemnizações "desrespeitam a Constituição, como nos casos em que houve sabotagem económica", os dirigentes sindicais acentuaram que esta medida "levará ao agravamento da situação económica e financeira dos pequenos e médios comerciantes", afectando sectores que recebiam pela primeira vez este ano o 13.º mês, como é o caso dos portuários.

Aliás, um dirigente da Federação dos Sindicatos Portuários anunciou que "é muito natural que este sector não fique pela adesão à concentração e tome paralelamente formas mais fortes de luta", nomeadamente paralisações.

COMÉRCIO DO PORTO

PORTO

23 NOV. 1976

## Convocadas para sábado manifestações de trabalhadores no Porto e Lisboa em simultâneo

Foi anunciada ontem, aos jornalistas, na sede da Intersindical, a realização, no próximo sábado, pelas 15 horas, simultaneamente no Porto e em Lisboa, de duas grandes manifestações de trabalhadores, que decorrerão sob as palavras de ordem «Contra o congelamento da contratação colectiva», «Contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho», «Pela defesa da Reforma Agrária» e «Não ao 13.º mês em Títulos do Tesouro».

As organizações promotoras das concentrações (Palácio de Cristal e Estádio 1.º de Maio), aprovaram um manifesto dirigido a todos os trabalhadores e às massas populares, nele acentuando «que o

encontro nacional de dirigentes, delegados sindicais e comissões de trabalhadores, realizado em Lisboa, no passado dia 6, concluiu agora, num amplo movimento de discussão e análise no seio de trabalhadores, ficando a concluir uma clara resposta de massas à situação política, económica e social».

Promovem as manifestações as seguintes organizações de base: União dos Sindicatos de Lisboa; União dos Sindicatos de Setúbal; Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL); Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Setúbal (CIS); Secre-

tariado das Empresas em Autogestão de Lisboa; Secretariado das Empresas Intervenções de Lisboa; organizações que contam com o apoio da Intersindical Nacional, das Federações dos Sindicatos dos Metalúrgicos, Têxteis, Comércio, Mar, Portuários, Panificação, Hotelaria do Norte, Hotelaria do Sul, Escritórios do Norte, Rodoviários, Ferroviários, Celulose, Madeiras e Cerâmica; das Uniões dos Sindicatos de Braga, Porto, Coimbra e Évora; do Secretariado Nacional da Construção Civil e do Secretariado das Empresas em Autogestão.

## Secretariado do PS suspende cinco militantes

Juno 23/11/76

Cinco militantes do PS — Aires Rodrigues, Carmelinda Pereira, José Luís Mendes, Henrique Gomes da Costa, Francisco Fortunato — foram suspensos pelo Secretariado deste partido, tendo os seus processos entrado na Comissão de Conflitos, para procedimento disciplinar. Em nota distribuída pelo Secretariado Nacional do Partido Socialista os cinco militantes atrás referidos são acusados de terem utilizado «abusivamente a sigla da Comissão de Trabalho de Lis-

boa» para aderirem a um comício convocado por um grupo de sindicatos de tendência socialista, de condenação aos atentados bombistas.

«A convocação do referido comício, diz a nota do Secretariado do PS, assim como o clima que em torno dele se tem pretendido criar, denunciam uma clara intenção de ingerência na esfera própria dos órgãos de soberania, com o objectivo de lançar a desconfiança pública sobre a capacidade e a vontade política de

esses órgãos cumprirem a missão que lhes cabe na defesa das instituições democráticas.»

Considerando que «a unidade e a disciplina são indispensáveis à força do partido», o Secretariado Nacional do PS define como palavras de ordem do momento: «Fortalecer o partido, disciplinar o partido, defender o Governo».

Os cinco elementos agora suspensos participaram na lista minoritária apresentada no último Congresso do PS às eleições para

a Comissão Nacional. A ela estavam ligadas as direcções dos principais sindicatos de tendência socialista da região de Lisboa que controlam a plataforma da «Carta Aberta». Depois do Congresso, e conforme oportunamente noticiámos, os elementos da lista minoritária prosseguiram, nos núcleos de empresas e em torno da extinta Comissão de Trabalho, uma campanha contra a política económica e laboral do Governo e em favor das teses defendidas por Lopes Cardoso.

# ENCONTRO REGIONAL DA JUVENTUDE DE LISBOA E SETÚBAL

O Regulan  
23/11/76

O Encontro Regional da Juventude Trabalhadora realiza-se no próximo domingo, no I.S.T. (Lisboa), e destina-se à participação activa e organizada da juventude trabalhadora na preparação do Congresso de todos os Sindicatos, ao reforço da participação da juventude no Movimento Sindical, à defesa dos interesses específicos da juventude trabalhadora. O direito ao trabalho e o salário mínimo aos 18 anos são duas grandes aspirações e objectivos da luta da juventude trabalhadora — afirma ainda a circular enviada — e esclarece que o encontro funcionará com as seguintes secções: A Juventude na Empresa; A Juventude e o Movimento Sindical; a Juventude Trabalhadora e a Ocupação dos Tempos Livres; o Trabalhador-estudante. O encontro terminará com uma festa-convívio com programa ainda a divulgar.

# Ferroviários denunciam golpes, manobras, insultos e coacções

Lute  
23/11/76

Um grupo de delegados sindicais ferroviários tomou posição face ao recente plenário do Entroncamento, em que foi discutida a proposta da Intersindical sobre legislação de trabalho. Naquela reunião, a tónica geral das intervenções dos delegados, foi de que a referida proposta não tinha sido feita pelos trabalhadores nem defendia os seus interesses. Tal é o caso, por exemplo, nos contratos a prazo, onde se diz "que o seu termo depende de um facto futuro e certo" ou que o trabalhador possa ser "indenizado nos termos gerais do direito".

Num comunicado que nos foi enviado, os delegados acrescentam:

"Vejamos a parte referente aos despedimentos e o que a coberto da "luta" contra o decreto governamental (que, efectivamente, também não serve os trabalhadores) nos propõem: que os despedimentos têm que existir e são inevitáveis! Concretizando-se, a seguir, que os "despedimentos individuais devem apenas poder existir como consequência mais grave de actos dos trabalhadores que sejam contrários ao processo de transição do socialismo e às medidas globais e sectoriais nesse sentido" e ainda que "os despedimentos colectivos têm de ser encarados como mera consequência do processo de reorganização global e sectorial da economia rumo ao socialismo, isto é, como situações de desemprego transitórias"...

## DESPEDIMENTOS POLÍTICOS

Daqui podemos concluir o seguinte: que os trabalhadores podiam ser despedidos por não concordarem com o "processo de transição para o socialismo" (?), isto é, qualquer trabalhador podia

ser despedido desde que as suas ideias políticas não coincidisse com as dos candidatos a novos patrões — Intersindical/P.C.P.; que o secretariado da Inter, como organismo que não defende os trabalhadores, imagina que estes são estúpidos e vão acreditar que a transformação da economia capitalista em socialista traz o desemprego em massa, através dos despedimentos motivados pela "reorganização da economia".

O comunicado dos sindicalistas ferroviários prossegue:

"A Intersindical, ao defender os despedimentos, com a agravante de poderem ser motivados pelas diferentes ideias políticas que existem no seio dos trabalhadores, está, antes de mais, a defender o desemprego em massa e a base que lhe serve a de apoio: o capitalismo. O que a preocupa não é se as leis servem ou não os trabalhadores, mas se é um Governo da sua confiança ou não que as faz."

Continuando a descrever o plenário de delegados sindicais, os subscritores do documento sublinham que, findo o período das intervenções, a mesa apresentou uma moção, tomando posição face à legislação do Governo e à proposta da Inter, o que contrariava a afirmação inicial, segundo a qual o plenário não era deliberativo:

"Vários delegados presentes desmascararam e opuseram-se a tal golpe. Como a mesa insistisse na votação, um grupo de delegados retirou-se da assembleia, sob os mais vis insultos, para não dar cobertura a esta manobra antidemocrática."

O comunicado conclui:

"A Inter e a nossa direcção sindical necessitam de recorrer à demagogia e a actuações deste tipo, porque sabem que se aquela proposta fosse amplamente discutida e susceptível de ser alterada pelos trabalhadores, sofreria, da parte destes, maior repúdio."

# A INTER REPUDIAR A ALTERAÇÃO À LEI SINDICAL

O Regulan  
23/11/76

## SINDICATO DE TRABALHADORES NA IMPRENSA

SEDE  
LARGO DA TRINDADE, 16 — LISBOA 2 — TEL. 324882

Lute  
23/11/76

## PROPOSTA

- Considerando que a Unidade do Movimento Sindical é a melhor forma de defender e salvaguardar os interesses e direitos dos trabalhadores;
  - Considerando que as atitudes das direcções sindicais aderentes à chamada «Carta Aberta» fazem perigar a unidade de todos os sindicatos e abrem as portas ao pluralismo sindical;
  - Considerando que os problemas e diferentes opiniões dos trabalhadores devem ser discutidas sempre com o objectivo da procura do muito que nos une em detrimento do muito pouco que nos desune e, de, assim, limpando arestas e corrigindo erros, melhor avançamos na defesa dos nossos interesses de explorados;
  - Considerando que estes objectivos só podem conseguir-se através da participação maciça, franca e aberta de todos os sindicatos no Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses e de todos os trabalhadores na sua preparação, para que dessa participação e discussão no seio do Movimento Sindical ressurja com maior vigor e energia a Central Sindical Única dos Trabalhadores Portugueses, esteio da defesa dos nossos interesses o símbolo da nossa força unitária na luta contra o capitalismo.
- Os sócios do S.T.I., reunidos, em 12 de Novembro de 1976, em Assembleia Geral simultânea da sede e Delegação do Norte, decidem:
- 1 — Que o S.T.I. participará na preparação e realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses pela unidade dos trabalhadores.
  - 2 — Que os corpos gerentes do S.T.I. devem:
    - a) Apoiar e participar em todas as actividades organizativas do Congresso;
    - b) Desenvolver todos os esforços no sentido da participação de todos os sindicatos (inclusive os da «Carta Aberta») no Congresso;
    - c) Abster-se de participar em quaisquer iniciativas divisionistas à margem ou paralelas ao Movimento Sindical Português;
    - d) Apoiar as actividades da C.N.O.C.
  - 3 — Que todos os documentos a submeter ao Congresso sejam, pelos corpos gerentes do S.T.I., distribuídos a todos os sócios e analisados e discutidos em reuniões de sócios nas empresas (por iniciativa dos corpos gerentes ou dos respectivos delegados sindicais, quando existam), em reuniões das Assembleias da sede e da delegação do Norte e, finalmente, numa Assembleia Geral simultânea, que se realizará no dia 22 de Dezembro de 1976 pelas 19 horas.
  - 4 — Que a representação do S.T.I. ao Congresso (3 elementos, sendo 2 dos corpos gerentes, nos termos do Regulamento) seja constituída por um membro dos Corpos Gerentes da sede e outro da Comissão Directiva da Delegação do Norte e por mais um sócio eleito em Assembleia Geral.
  - 5 — Que a representação do S.T.I. ao Congresso fique vinculada a defender e votar de acordo com o que a Assembleia Geral do Sindicato aprovar.

A DIRECÇÃO

«O Conselho de Ministros, que se reuniu no Porto, no passado dia 18, aprovou, entre outros, um decreto-lei que altera o artigo 21 da Lei Sindical, estabelecendo a cobrança das quotas sindicais como obrigação que compete aos respectivos sindicatos», pode ler-se num comunicado distribuído pela Intersindical, que acrescenta:

«Esta medida constitui uma clara ingerência do poder político no Movimento Sindical, é contrária aos interesses dos trabalhadores e foi tomada sem que os mesmos fossem ouvidos, como estipula a Constituição. Ao decretá-la, o Governo não desconhece que tal contraria o que está acordado em inúmeras convenções de trabalho celebradas entre os sindicatos e o patronato, pretendendo visar com ela o enfraquecimento do Movimento Sindical e obrigar à criação de um dispendioso mecanismo burocrático, cuja necessidade os trabalhadores tinham já ultrapassado na sua luta».

«Com efeito, Silva Pinto, ministro das Corporações do regime fascista, face às progressivas acções antifascistas, anticapitalistas desencadeadas pelos trabalhadores, através das suas estruturas sindicais, nomeadamente com a crescente influência da Intersindical, tentou im-

por medidas idênticas de carácter demagogicamente liberalizadas, mas que, no fundamental, apenas pretendia desarticular o aparelho sindical, criando-lhe dificuldades para o enfraquecer. Já nessa altura os trabalhadores reagiram e, repudiando-a, impediram a sua concretização.»

E termina:  
«O primeiro Governo Constitucional, cada vez menos capaz de resolver os problemas que afligem o Povo Português, encontra somente energias para revogar mais um artigo da lei sindical, prossequindo assim a sua actuação contra os interesses dos trabalhadores na via da recuperação capitalista e, neste caso concreto, imitando a acção do ministro fascista Silva Pinto.»

«Os trabalhadores portugueses e a sua organização sindical tudo farão para impedir a violação das suas conquistas e direitos fundamentais, nomeadamente, a liberdade sindical e a sua participação na elaboração da legislação do trabalho, consagradas na Constituição. Nesse sentido, a Intersindical diligenciará junto de todos os órgãos do Poder a fim de impedir a assinatura e a promulgação pelo Presidente da República do referido diploma, por constituir mais uma violação da lei fundamental.»

24/11/1976

# Amplia-se o movimento de apoio às concentrações de sábado

Avulsa generalizar-se o movimento de adesão às concentrações de trabalhadores que se realizarão no próximo sábado em Lisboa (Estádio 1.º de Maio) e no Porto (Palácio de Cristal), como formas de protesto contra as medidas anti-operárias, o empréstimo forçado do subsídio de Natal e a tentativa de recuperação latifundiária, pelo descongelamento da contratação colectiva e pelo avanço da Reforma Agrária. Essa adesão tem partido fundamentalmente de inúmeras comissões de trabalhadores e sindicatos. A última manifestação de apoio às manifestações projectadas chegou até ao nosso jornal vinda do Sindicato dos Electricistas do Sul. Trata-se de dum documento em que, sob o título «Defendamos as nossas conquistas», se denuncia, nomeadamente, como nova tendente à divisão dos trabalhadores, a perspectiva da cobrança de quotas pelos sindicatos. Passamos a transcrever: «A divisão e enfraquecimento do movimento sindical é o grande objectivo das forças empenhadas na recuperação capitalista. Não o tendo conseguido até agora através das direcções da chamada «Carta Aberta», vem o Conselho de Ministros anunciar para breve que os patrões não serão obrigados a enviar

quotas dos trabalhadores apra os isindicatos. Eles sabem que sem dinheiro os sindicatos não funcionam, não há organização. Isto tinha já sido tentado sem êxito pelo ministro fascista Silva Pinto».

O Sindicato dos Electricistas inclui assim entre as medidas anti-operárias a revogação do art.º 21 da Lei Sindical que vincula os patrões à entrega das quotas para os sindicatos. O assunto não deixará por certo de ser abordado nas concen-

trações de sábado, concentrações que são promovidas pela Comissão Nacional para as terefas de legislação de trabalho, de que fazem parte, entre outras organizações, as uniões sindicais dos distritos de Braga, Porto, Coimbra, Setúbal e Évora, os secretariados da Intersindical, das comissões de trabalhadores da construção civil, das empresas em autogestão, das empresas intervencionadas de Lisboa e ainda as Federações de sindicatos.

A LUTA  
LISBOA  
24 NOV. 1976

## Assembleia dos Bancários do Sul

# Agitação não impede vitória da democracia

### • Provável convocatória de referendo

A **agitação** foi a característica fundamental da assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que ontem se realizou no Pavilhão dos Desportos, com a presença de cerca de 4000 associados. Requerida por um grupo de 713 bancários, a assembleia tinha a mesma ordem de trabalhos da que se realizou no dia 15 de Outubro, nas instalações da FIL, e que havia decidido a permanência do Sindicato na Carta Aberta e a ausência ao II Congresso da Intersindical, bem como o não pagamento das quotas àquela central. A finalidade do plenário de ontem era, evidentemente, tentar contrariar as decisões anteriores, à semelhança do que ocorrera há um ano, aquando da votação dos estatutos do sindicato.

A assembleia foi iniciada com a apresentação de um ponto prévio, em forma de moção, subscrita por 60 sócios, e que apontava para a não realização da mesma, uma vez que versava questões sobre as quais a classe já se havia manifestado democraticamente. Depois de posta à votação para admissão, o presidente da mesa declarou que ela tinha sido aprovada por

maioria, no que foi imediatamente contestado por determinados sectores da assembleia, que após terem despejado os habituais insultos ("morte à CIA", etc.) requereram a contraprova. Para a efectuar, o presidente indicou três delegados sindicais para coadjuvar os dois secretários da mesa na difícil tarefa de contagem. Um engano, reconhecido aliás, pelos próprios escrutinadores, fez com que estes solicitassem ao presidente uma segunda contraprova, que viria a confirmar, afinal, a apreciação inicial: a moção havia sido aceite por uma maioria de cerca de 150 votos. Os insultos e as ameaças voltaram a cair sobre os corpos gerentes, tendo, a dada altura, o grupo minoritário agitado profusamente lenços brancos, manifestando-se contra a mesa e contra a direcção.

A partir desse momento, a confusão, generalizou-se. O grupo derrotado solicitou o voto secreto, enquanto a mesa afirmava que a assembleia não tinha sido convocada, nem possuía condições para tal. Mas que estava disposta a convocar uma assembleia geral em toda a área do sindicato para

deliberar, por voto secreto, sobre aquelas questões. A direcção viria, igualmente, a tomar esta posição. Antes, porém, enfrentou sérias dificuldades para se fazer ouvir, já que, enquanto uns a vaiavam, outros aplaudiam-na efusivamente, ao mesmo tempo que exigiam um "referendo".

A assembleia viria, contudo, a ser suspensa por volta das 2 horas. De concreto, ficou apenas à disposição dos corpos gerentes de convocarem uma assembleia geral por voto secreto sobre os pontos em que incidia a ordem de trabalhos, com urnas em todos os distritos abrangidos pelo sindicato. Uma outra conclusão: a direcção tinha realmente o apoio da maioria da assembleia, só que se viu impossibilitada de o materializar por um grupo minoritário. Grupo que se tem revelado especialista no boicote às assembleias. Grupo que teme a democracia. E que apesar de ter jogado nomeadamente no voto secreto, em condições bem precisas, dele foge quando expulso por toda a classe. Porque sabe, de antemão, que aí será ampla e irremediavelmente derrotado.

24 NOV. 1976

Esta noite, na FIL

## Comício de sindicatos para defesa da Democracia

«A prisão, julgamento público e severa punição de todos os bombistas, pides e legionários libertados» são os objectivos imediatos do comício que hoje se efectua na FIL, às 21.30, promovido por diversas organizações sindicais.

Nesse sentido, os Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas, dos Escritórios de Lisboa, dos Professores da Grande Lisboa, do Comércio de Lisboa, dos Trabalhadores na Imprensa, dos Ajudantes de Despachantes, da Comissão Pró-Sindical da AGPL, e a lista C candidata ao Sindicato da Função Pública do Sul, deram, ontem, uma conferência de imprensa, em que alertaram para a necessidade de mobilizar os trabalhadores contra as acções de desestabilização de forças interessadas em alterar o actual quadro democrático.

A manifestação da FIL visa, segundo foi afirmado na reunião com os jornalistas, «tomar posi-

ção face ao surto bombista que já atingiu inclusivamente um ex-elemento do Governo».

A preocupação dos sindicatos contra a «escalada terrorista e a onda de boataria que não serve o processo democrático em curso», foi salientado pelos dirigentes sindicais que esclareceram que o comício não foi convocado pela «Carta Aberta», mas aberto a todas as organizações sindicais que apenas não foram contactados para defender a sua posição por absoluta falta de meios».

Um elemento da direcção do Sindicato dos Bancários frisou que o comício não é uma tomada de posição contra o Governo, mas uma forma de alertar as autoridades para a urgência de medidas contra a escalada terrorista que tem sido levada a cabo pelos inimigos de todos quantos lutam por uma sociedade mais justa».

Depois de uma referência «à impunidade de que gozam os bombistas, pides e autores de golpes de Estado», foi abordado a título explicativo um problema que tem levantado algumas dúvidas consideradas «pertinentes».

A questão refere-se à inclusão de duas organizações partidárias, o Secretariado da Grande Lisboa da Juventude Socialista e a Comissão de Trabalho de Lisboa do Partido Socialista, no apelo convocatório do comício, publicado num vespertino da capital, que foi classificado na conferência de imprensa «como uma ingerência na vida sindical» ignorando os subscritores quem «cometeu tal abuso», pelo que exigem explicações públicas para o sucedido.

Finalmente, foi lançado um apelo a todos os trabalhadores para que compareçam em massa no comício, no sentido de ser dada uma resposta massiva aos atentados bombistas.

## Direcção dos Bancários boicota assembleia

A única moção que ontem foi apresentada à assembleia geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que começou cerca das 21 horas, às 0 e 35 min. ainda não tinha sequer sido posta à votação. Tal moção apresentada pelos defensores da linha da «Carta Aberta» preconizava precisamente o encerramento da assembleia, com o argumento de que a matéria da ordem de trabalhos já tinha sido objecto de deliberação em 15 de Outubro. O único ponto da ordem de trabalhos era a participação ou não dos bancários no Congresso de Todos os Sindicatos.

Posta à aceitação da assembleia, a dita moção foi rejeitada por grande maioria. A mesa, porém, declarou-a aceite. Houve burburinho. Feita a contraprova por contagem de votos, novamente foi nítido que a maioria da assembleia rejeitava a moção. Os contadores trouxeram os números seguintes: contra — 1639; a favor

— 1363. Derrotada, a direcção não publicou os resultados e anunciou que tinha havido equívoco, fazendo, a seguir, contraprova da contraprova. Uma vez mais, o resultado foi por claríssima maioria favorável à rejeição da moção. A mesa anunciou, contudo, que a moção era aceite à discussão por 1840 votos a favor e 1675 contra.

A assembleia que tinha sido requerida por 713 sócios em abaixo-assinado prosseguiu em ambiente de grande tensão e, à hora em que encerrámos esta edição, a moção em causa não tinha ainda sido posta à votação. Cumpriu, porém, os seus objectivos, já que visava impedir uma tomada de posição relativamente ao Congresso de Todos os Sindicatos e, em quase quatro horas de assembleia, o ponto único da ordem de trabalhos não tinha sido sequer referido.

## ASSEMBLEIA AGITADA DE BANCÁRIOS

Uma vez mais, a controvérsia gerada à volta das votações esteve na origem de incidentes e confrontos que ocorreram na assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas, que esta noite decorreu no Pavilhão dos Desportos.

Da respectiva ordem de trabalhos constava, como ponto único, «Congresso de todos os sindicatos para a unidade. Discussão e votação sobre a participação ou não do nosso sindicato no congresso de todos os sindicatos pela unidade dos trabalhadores, pela reestruturação da Intersindical e sobre o pagamento ou não de quotas à Intersindical».

Abertos os trabalhos logo surgiu uma moção, apresentada como ponto prévio, no sentido de ser posto termo à assembleia, «uma vez que o ponto da convocatória da mesma já tinha sido objecto de decisão numa assembleia efectuada no dia 15 de Outubro transacto».

Posta à votação a sua admissão, os resultados geraram enorme controvérsia na sala, tendo a mesa efectuado duas contraprovas antes da admissão ter sido finalmente aceite.

Dezena e meia de sócios efectuaram então intervenções que, em alguns casos assumiram a forma de pedidos de esclarecimento e pontos de ordem. A maior parte destas intervenções, que cerca das 2 horas ainda prossegulam, combatiam a proposta da mesa.

Refira-se que, dado o elevado número de sócios geralmente presentes às assembleias gerais deste sindicato — desta feita também vários milhares enchem o pavilhão — uma vez mais alguns estranharam que a mesa continue a não adoptar processos de avaliação das votações, que torne incontroverso o resultado das mesmas, como seja a existência de urnas ou a entrega de cartões sindicais, em pontos distintos do recinto, a escrutinadores que rapidamente os quantificariam.

## Bancários: Assembleia suspensa

Uma vez mais trabalhadores bancários manifestaram a sua estranheza pelo facto de a Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas não adoptar processos de avaliação das votações que torne incontroverso o resultado das assembleias gerais. A exemplo do que aconteceu na de 15 de Outubro, na assembleia que, ontem, no Pavilhão dos Desportos se prolongou até para lá das duas da noite ocorreram incidentes e confrontos à volta das votações. A assembleia, dado o adiantado da hora, acabou por ser suspensa para prosseguir em data a marcar. Estiveram no Pavilhão de des-

portos milhares de trabalhadores. Ponto único da ordem de trabalhos era a «discussão e votação sobre a participação ou não do nosso sindicato no Congresso de todos os sindicatos pela unidade dos trabalhadores, pela reestruturação da Intersindical e sobre o pagamento ou não de quotas à Intersindical». A assembleia foi convocada por 713 associados do sindicato.

Defensores da linha da «Carta Aberta» apresentaram uma moção como ponto prévio no sentido de ser posto termo à assembleia «uma vez que o ponto da convocatória da mesma já tinha sido objecto de de-

cisão» na assembleia de 15 de Outubro. Houve três agitadas contagens de votos. As duas primeiras derrotavam a moção, mas à terceira a mesa deu-a como aceite para discussão. A discussão prolongou-se por horas, em ambiente de grande tensão.

Quanto ao ponto único da ordem de trabalhos nada ficou resolvido. Muitos trabalhadores, ao ser declarada suspensa a assembleia, acusaram com veemência a direcção do sindicato de estar a boicotar uma tomada de posição dos trabalhadores quanto à participação no Congresso de Todos os Sindicatos.

DLx 24/11/1976

DIÁRIO 24 NOV. 1976

A CAPITAL - 24 NOV 1976

25 NOV. 1976

## Impasse na assembleia dos bancários

Dado o adiantado da hora, e as dificuldades surgidas no decorrer dos trabalhos, foi suspensa e prosseguirá em data a marcar oportunamente a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas, que teve lugar no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, com a presença de elevado número de sócios.

Esta Assembleia Geral a nível de Lisboa foi convocada por 713 associados do Sindicato e tinha o seguinte ponto único da ordem dos trabalhos: «Congresso de todos os Sindicatos para a unidade. Discussão e votação sobre a participação ou não do nosso Sindicato no Congresso de todos os Sindicatos pela unidade dos trabalhadores, pela reestruturação do Intersindical e sobre o pagamento ou não de quotas à Intersindical», proposta esta combatida por vários sócios, cujas intervenções se prolongaram até pouco depois das 2 horas da madrugada de ontem.

Dado o impasse a que se chegou, e porque não se vislumbresse de imediato a aprovação ou não da proposta em discussão, o presidente da mesa, Alberto Martinho Gonçalves, suspendeu a Assembleia.

Entretanto, vão ser convocadas assembleias a nível de distrito, para que todos os bancários da área do Sindicato, concretamente da Covilhã aos Açores, se pronunciem sobre a proposta em discussão, nomeadamente quanto à participação ou não no Congresso de todos os Sindicatos.

PÁGINA UM

25 NOV. 1976

## Bancários

### Assembleia adiada

**Prolongou-se até às primeiras horas de ontem, a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas, que teve lugar no Pavilhão dos Desportos, com a presença de grande número de trabalhadores. Dado o adiantado da hora, os trabalhos foram suspensos para data a marcar oportunamente.**

Esta assembleia geral a nível de Lisboa, tinha o seguinte ponto, na ordem de trabalhos: "Congresso de todos os sindicatos para a unidade. Discussão e votação sobre a participação ou não do nosso sindicato no congresso de todos os sindicatos pela unidade dos tra-

balhadores, pela reestruturação da Intersindical e sobre o pagamento ou não de quotas à Intersindical.

A discussão deste ponto único da ordem de trabalhos durou até cerca das duas horas da manhã. Dado o impasse a que se chegou, o presidente da mesa, Alberto

Martinho Gonçalves, suspendeu a assembleia.

Entretanto, os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas, vão convocar assembleias a nível de distrito, para que todos os bancários da área do sindicato, da Covilhã aos Açores, se pronunciem sobre a proposta em discussão, nomeadamente, no que diz respeito à participação ou não do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas, no "Congresso de Todos os Sindicatos".

Embora fechada, a "Carta Aberta" ainda prossegue com as suas manobras diversionistas.

2 5 NOV. 1976

# Bancários: confusão adia sim ou não ao Congresso

Dado o adiantado da hora e as dificuldades surgidas no decorrer dos trabalhos, foi suspensa e prosseguirá em data a marcar oportunamente a assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas, que teve lugar no Pavilhão dos Desportos, com a presença de elevado número de sócios.

Esta assembleia geral, a nível de Lisboa, foi convocada por 713 associados do Sindicato e tinha o seguinte ponto único da ordem dos trabalhos: «Congresso de todos os sindicatos para a unidade. Discussão e votação sobre a participação ou não do

nosso sindicato no congresso de todos os sindicatos pela unidade dos trabalhadores, pela reestruturação da Intersindical sobre o pagamento ou não de quotas à Intersindical», proposta que foi combatida por vários sócios, cujas intervenções se prolongaram até pouco depois das 2 horas da madrugada.

Dado o impasse a que se chegou, e porque não se vislumbra-se de imediato a aprovação ou não da proposta em discussão, o presidente da mesa, Alberto Martinho Gonçalves, suspendeu a assembleia.

Entretanto, um elemento da direcção do Sindicato revelou

que os corpos gerentes vão convocar assembleias a nível de distrito, para que todos os bancários da área do Sindicato, concretamente da Covilhã aos Açores, se pronunciem sobre a proposta em discussão, nomeadamente quanto à participação ou não no Congresso de todos os Sindicatos.

Uma vez mais as votações originaram incidentes e confrontos entre os participantes no plenário.

Após a abertura dos trabalhos, surgiu uma moção apresentada como ponto prévio, no sentido de ser posto termo à assembleia, «uma vez que o ponto da convocatória já tinha sido objecto de decisão numa assembleia efectuada no dia 15 de Outubro transacto».

Posta à votação a admissão desta moção, os resultados geraram enorme controvérsia na sala, tendo a mesa efectuado duas contrapropostas antes da admissão ter sido finalmente aceite.

Mais de dezena e meia de sócios efectuaram intervenções que em alguns casos assumiram a forma de pedidos de esclarecimento e pontos de ordem. A maior parte destas intervenções, que cerca das 2 horas ainda prosseguiam, combatiam a proposta da mesa.

De acordo com o nosso prezado colega «A Luta», é provável que a direcção do Sindicato vá para a solução do problema através do referendo.

Salienta-se que, em assembleia realizada na FIL, com a presença de 6000 trabalhadores, foi deliberado a continuação do Sindicato na Carta Aberta e a ausência ao II Congresso.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

LISBOA

2 5 NOV. 1976

## Inter e congresso em discussão

# Suspensa a assembleia dos bancários do Sul

Sem que qualquer decisão tivesse sido tomada, foi suspensa, já depois das duas horas da madrugada de ontem, a assembleia geral dos bancários do sul e ilhas, que fora convocada por um grupo de 713 sócios para deliberar sobre a participação no Congresso dos Sindicatos e o pagamento de quotas à Intersindical.

Elementos dos corpos gerentes informaram, entretanto, a ANOP, de que irão convocar assembleias em todos os distritos abrangidos pelo sindicato, desde a Covilhã aos Açores, para discussão daquela matéria.

Apesar de terem estado reunidos durante cinco horas, os bancários não chegaram a entrar na discussão do ponto único da ordem de trabalhos, debruçando-se apenas sobre uma moção apresentada como questão prévia, na qual se propunha o encerramento da reunião, dado que o tema «Congresso dos Sindicatos» já tinha sido discutido na assembleia de 15 de Outubro.

A oposição de dois grandes grupos de sócios, que viria a

ser a nota dominante da reunião, manifestou-se logo na votação para admissão daquela proposta. O resultado, anunciado pela mesa, favorável à admissão, viria a ser vivamente posto em causa, o que levou o presidente a proceder a nova contagem, desta vez com o auxílio de alguns sócios.

Terminado o escrutínio, o presidente declarou que se registara um engano na contagem, pelo que a votação deveria ser repetida.

Perante a agitação da assembleia, a terceira votação iniciou-se cerca das 23 horas. Os resultados divulgados pela mesa (1840 a favor da admissão e 1675 contra), marcaram o início do período mais quente da assembleia, tendo alguns sócios proposto um escrutínio secreto como forma de ultrapassar o impasse, ao que se opôs o presidente da mesa por o considerar «impraticável».

Após intervenções de diversos sócios e já depois das duas horas da madrugada, o presidente da mesa da assembleia geral, Alberto Martinho Gonçalves, suspendeu os trabalhos «devido ao adiantado da hora».

O DIA

LISBOA

2 5 NOV. 1976

## Bancários discutem inclusão no congresso de todos os sindicatos

Com uma ordem de trabalhos em que constava um ponto único relativo ao Congresso de Todos os Sindicatos e à reestruturação da Intersindical, a última assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Sul e Ilhas foi interrompida por volta das duas horas da manhã por não ter sido possível chegar a uma conclusão, dada a divisão existente entre os muitos sócios presentes.

Entretanto, um elemento da direcção do Sindicato revelou à ANOP que os corpos gerentes do sindicato vão convocar assembleias a nível de distrito, para que todos os bancários da área do sindicato, concretamente da Covilhã aos Açores, se pronunciem sobre a proposta em discussão, nomeadamente quanto à participação ou não no Congresso de Todos os Sindicatos.

# Inter acusa Governo de divisionismo

Relatório  
25/11/76

A Intersindical Nacional divulgou, em comunicado, as razões da ausência dos seus representantes na mesa-redonda promovida pelos secretários de Estado do Planeamento e da População e Emprego, sobre Política de Emprego, a qual decorre no INE, com a participação de técnicos nacionais e do BIT (Bureau International do Trabalho), integrada no acordo

de cooperação técnica assinado entre o Governo e a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Salienta a Intersindical que, para participarem nos trabalhos, «foram convidados elementos de direcções identificadas como *Sindicatos Carta Aberta*, ao lado de elementos da Intersindical, o que quer fazer pressupor não só a cisão do movimento

sindical como, ainda, a existência de facto de outra central sindical».

«A participação da Intersindical poderia ser interpretada como concordância com as intenções divisionistas do Governo e como reconhecimento tácito da quebra da unidade do movimento sindical, objectivo prosseguido afincadamente pelos inimigos dos trabalhadores e pelos seus agentes».

No comunicado, a Intersindical Nacional recorda ser reconhecida pela OIT como a única central sindical existente em Portugal. A Intersindical aceitara, anteriormente, o convite para participar na mesa-redonda sobre a análise e discussão da problemática do emprego em Portugal, com o objectivo de defender a unidade do movimento sindical e os interesses dos trabalhadores, enquanto único representante do movimento sindical português, conforme foi decidido no plenário geral de Sindicatos, «onde participaram organizações que se dizem aderentes à *Carta Aberta*».

## Inter justifica ausência na mesa-redonda sobre emprego

DLX - 25/11/1976

Em comunicado agora divulgado, o Secretariado da Intersindical Nacional esclarece as razões da sua ausência na mesa-redonda sobre planeamento de emprego em que participam técnicos do BIT, embora tenha aceitado o convite para participar nos trabalhos.

O facto de terem sido convidados, a par da Intersindical, elementos de direcções sindicais afectas à linha preconizada pela chamada «*Carta Aberta*», levou a Central Única a desvincular-se da mesa-redonda, pois isso faz «pressupor não só a cisão do Movimento Sindical como ainda a existência de facto, de outra central sindical (...) A participação poderia ser interpretada como concordância com as intenções divisionistas do Governo e como reconhecimento tácito da quebra da unidade do Movimento Sindical, objectivo prosseguido afincadamente pelos inimigos dos trabalhadores e os seus agentes».

Não deixa no entanto a Intersindical Nacional de salientar a sua qualidade de única estrutura confederativa sindical portuguesa na qual estão filiados 201 sindicatos, bem como a prerrogativa de participar nas iniciativas governamentais que digam directamente respeito aos problemas dos trabalhadores, direito expresso e consignado na Constituição. Acentua ainda o comunicado que no plenário geral de sindicatos onde participaram organizações que se dizem aderentes à «*Carta Aberta*», foi unanimemente decidido que competiria ao Secretariado da Intersindical representar o Movimento Sindical Português nos contactos com os organismos governamentais, «exactamente com o objectivo de defender a unidade do Movimento Sindical e os interesses dos trabalhadores portugueses».

O Secretariado da Intersindical apresenta como razão para aceitar o convite a importância

de que se reveste para os trabalhadores portugueses a análise e discussão da problemática do emprego, recordando todavia que o Governo tem primado pela obstinada atitude de afastar da elaboração da legislação laboral a única Central Sindical existente em Portugal e como tal reconhecida pela OIT. Mais uma vez isso aconteceu, pela razão apontada, com a mesa-redonda integrada no acordo de cooperação técnica com a OIT para análise da planificação global do emprego e sua integração no plano económico.

## Jovens trabalhadores preparam encontros regionais

Cerca de 900 delegados eleitos nas empresas, sindicatos e escolas dos distritos de Setúbal e Lisboa vão participar, no próximo domingo, nas instalações do Instituto Superior Técnico, no primeiro encontro regional da juventude trabalhadora.

Com este primeiro encontro regional, os jovens trabalhadores de Setúbal e Lisboa visam reforçar a sua participação no Movimento Sindical, defender os seus interesses específicos e preparar a sua participação activa no próximo Congresso de todos os Sindicatos — afirmaram ontem, em conferência de imprensa realizada nas instalações da Intersindical Nacional, representantes do secretariado organizador do Encontro.

Na conferência de imprensa foi também analisado o trabalho preparatório do Encontro, saldado já em reuniões sectoriais realizadas nos locais de trabalho e nos sindicatos.

Conforme informámos recentemente, o Encontro vai decorrer em quatro sessões,

que debaterão os temas: «a juventude na empresa»; «a juventude e o Movimento Sindical»; «a juventude trabalhadora e a ocupação dos tempos livres»; e «o trabalhador-estudante».

Iniciando-se às 10 horas, o Encontro culminará com uma sessão plenária de encerramento a que se seguirá uma festa-comício.

Também no distrito de Évora, a juventude trabalhadora vai realizar o seu primeiro Encontro distrital, subordinado ao tema geral «na

unidade e na acção a juventude avança».

O Encontro realiza-se no Cine-Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo.

Os trabalhos funcionarão por sessões, cada uma delas voltada para os temas que têm estado em discussão nas reuniões preparatórias já efectuadas nos sindicatos, empresas e unidades coletivas de produção: «a juventude e o trabalho»; «a juventude e os sindicatos»; «a juventude e as escolas»; e «a juventude e a ocupação dos tempos livres».